

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Angelina de Quevedo Moreira
Silvana Pereira Porfírio

**CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DIVERSAS: Políticas Públicas no Ensino
Fundamental da cidade de Florianópolis – SC**

Florianópolis
2021

**CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DIVERSAS: Políticas Públicas no Ensino
Fundamental da cidade de Florianópolis – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina,
CAD 9184 - Trabalho de Conclusão V como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Administração
Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Área de concentração: Gestão Pública Municipal
Orientador: Profa. MSc. Anneliese Migosky Maia

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moreira, Angelina de Quevedo

Crianças com deficiências diversas: políticas públicas no ensino fundamental da cidade de Florianópolis - SC /

Angelina de Quevedo Moreira, Silvana Pereira Porfirio ; orientadora, Annelise Migosky Maia, 2021.

55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Pessoa com deficiência. 3. Políticas públicas. 4. Necessidades especiais. 5. Educação. I. Porfirio, Silvana Pereira. II. Maia, Annelise Migosky. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Administração. IV. Título.

Angelina de Quevedo Moreira
Silvana Pereira Porfirio

**CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DIVERSAS: Políticas Públicas no Ensino
Fundamental da cidade de Florianópolis – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina,
CAD 9184 - Trabalho de Conclusão V como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Administração
Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: : Profa. MSc. Anneliese Migosky Maia

BANCA EXAMINADORA

Prof^a MSc. Anneliese Migosky Maia
Orientadora

Prof Dr. Arcangelo dos Santos Safanelli
Parecerista

Dedicado aos nossos pais e aos nossos filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os professores do curso de Administração Pública EaD, por todos os ensinamentos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o nosso aprendizado.

Agradecemos especialmente a Tutora Mayara, que esteve presente no decorrer do percurso e foi nossa grande incentivadora.

A nossa orientadora Anneliese Migosky Maia por aceitar conduzir o nosso trabalho de pesquisa.

Aos colegas e tutores com quem convivemos ao longo desses anos de curso, que nos incentivaram e que certamente tiveram impacto na nossa formação acadêmica.

Ao Yuri, Diogo, Angélica e Flávia, nossos filhos, que nos incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a nossa ausência enquanto nos dedicávamos à realização deste trabalho.

Aos meus pais (Angelina), José Antônio e Carlota, pelo exemplo de determinação, disciplina e valores que construíram os pilares da minha formação.

Aos meus pais (Silvana), Adonai e Vera, por terem semeado em mim os valores mais preciosos da vida, e a minha madrinha Rozemary por ser tão presente em minha vida e meu exemplo na educação. E para finalizar aos meus irmãos, Luciano e Silvia, que me motivam a todo momento.

RESUMO

A educação é direito de todos e dever do Estado, com o papel de desenvolver políticas públicas para assegurar amplo acesso à educação de qualidade. No que tange as pessoas com deficiência, seus direitos são exatamente iguais aos direitos de outros cidadãos e, assim, também deverão encontrar espaço para receber uma educação que contribua para sua aprendizagem e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi definido como: analisar as Políticas Públicas de Florianópolis voltadas para pessoas com deficiência no Ensino Fundamental. Procedeu-se de uma revisão de literatura para melhor compreensão do tema, bem como de levantamento junto à secretaria municipal de educação para obter dados que respondessem aos questionamentos. Em Florianópolis, existem políticas para a inclusão das pessoas com deficiência na educação, seguindo as leis de Santa Catarina e do Brasil, porém, sem adotar especificidades próprias. Isso indica que muito ainda há para ser feito como forma de assegurar uma educação inclusiva real no local de estudos. Este estudo deixou evidente que o percentual de alunos com deficiência em Florianópolis não é elevado, comparado com dado do Estado, porém nem por isso o tema pode ser considerado sem relevância. Verificou-se a partir da coleta de dados com o gestor municipal que existem medidas adotadas como forma de elevar o acesso à escola e garantir que esses alunos possam concluir o ensino fundamental e, assim, tenham a oportunidade de seguir estudando. Dados mais específicos não puderam ser coletados, em função da pandemia de COVID-19, que impediu que fossem conduzidas entrevistas e levantamentos pessoais nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Políticas Públicas. Necessidades especiais. Educação.

ABSTRACT

Education is the right of all and the duty of the State, with the role of developing public policies to ensure wide access to quality education. Regarding people with disabilities, their rights are exactly equal to the rights of other citizens and, therefore, they must also find space to receive an education that contributes to their learning and development. The objective of this work was defined as: to analyze the Public Policies of Florianópolis aimed at people with disabilities in Elementary School. A literature review was carried out to better understand the theme, as well as a survey with the municipal education department to obtain data that answered the questions. In Florianópolis, there are policies for the inclusion of people with disabilities in education, following the laws of Santa Catarina and Brazil, however, without adopting their own specificities. This indicates that much remains to be done as a way of ensuring real inclusive education at the place of study. This study made it evident that the percentage of students with disabilities in Florianópolis is not high, however the theme cannot be considered irrelevant. It was verified from the data collection with the municipal manager that there are measures adopted as a way to increase the access to school and ensure that these students can finish elementary school and, thus, have the opportunity to continue studying. More specific data could not be collected, due to the COVID-19 pandemic, which prevented interviews and personal surveys from being conducted in educational institutions.

Keywords: Disabled person. Public policy. Special needs. Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pessoas com deficiências no Brasil de acordo com o IBGE – 2010.....	21
Gráfico 2 – Pessoas com deficiências no Brasil de acordo com o IBGE – 2010 – percentual da população.....	21
Gráfico 3 – Pessoas com deficiência no Brasil de acordo com o grau.....	22
Gráfico 4 – Pessoas com deficiência no Brasil de acordo com a modalidade e grau.....	23
Gráfico 5 – Deficiência congênita ou adquirida - 2013.....	23
Gráfico 6 – Deficiência no Censo do IBGE 2010.....	24
Gráfico 7 – Deficiência por região do país.....	24
Gráfico 8 - Número de matrículas de estudantes da educação especial na rede estadual de ensino.....	42
Gráfico 9 - Número de matrículas de estudantes com deficiência no Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	43
Gráfico 10 - Disponibilidade de segundo professor de turma em Santa Catarina – todas as etapas da educação.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Educação inclusiva x não inclusiva.....	33
Tabela 2 - Planejamento para a educação inclusiva.....	34
Tabela 3 - Alunos matriculados na rede pública municipal no Ensino Fundamental em Florianópolis.....	37
Tabela 4 - Números das deficiências na rede pública municipal de educação de Florianópolis	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
2.2 DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO.....	18
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	25
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS ATUAIS.....	29
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	36
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	36
3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
5. CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre políticas públicas, tendo sido delimitado como políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, O foco recai sobre crianças com deficiências diversas, mais especificamente as deficiências físicas, no município de Florianópolis que estejam no Ensino Fundamental, entender as reais necessidades dessa população e analisar se as ações efetivas de atenção aos direitos destas pessoas estão sendo atendidas com eficiência pelas políticas públicas do município.

A criança com deficiência tem assegurados os mesmos direitos que as demais, sendo dever da União, por meio dos governos Federal, estaduais e municipais desenvolver políticas públicas destinadas ao atendimento desses direitos e, assim, garantia de uma vida digna para todos. O processo de inclusão dessas crianças deve começar no lar, expandindo-se para outros setores da sociedade, especialmente a escola (TELES; RESEGE; PUCCINI, 2016).

Faz-se necessário reunir informações para responder as perguntas relacionadas às causas desencadeantes da deficiência física, bem como as principais necessidades dessa parcela da população e assim promover políticas públicas efetivas. Diferentemente de países que possuem centros de estudos e linhas de pesquisa voltadas exclusivamente para a condição social da deficiência, no Brasil ainda são escassas as investigações destinadas a este tema (BERNARDES; ARAÚJO, 2012).

A escola é o local no qual essas crianças recebem aprendizados para a vida e, assim, além de ser um local de igualdade e justiça, deve estar preparado para inserir, integrar, garantir igualdade de oportunidade e desenvolvimento para todos.

Compreende-se que as escolas devem atuar com foco em incluir e integrar os alunos com deficiências, para que todos no grupo compreendam os ideais de igualdade, dignidade e respeito.

Assim a questão a ser respondida pelo presente estudo foi definida como: as políticas públicas do município de Florianópolis são eficientes para pessoas com deficiência física e sua inclusão no Ensino Fundamental?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as Políticas Públicas de Florianópolis voltadas para pessoas com deficiência no Ensino Fundamental.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Diagnosticar o perfil de saúde das pessoas com deficiência em Florianópolis que encontram-se no ensino fundamental;
- b) Descrever os esforços da prefeitura de Florianópolis na inclusão e acessibilidade desses alunos;
- c) Analisar se os direitos destas pessoas estão sendo atendidos com eficiência pelas políticas públicas do município.

1.3 JUSTIFICATIVA

Mesmo considerando a importância da integração social neste percurso histórico, é notável que não basta negarmos as diferenças e integrar a pessoa com deficiência à sociedade tal como está, para que esta possa assumir seus papéis plenamente. Daí surgiu a necessidade de se pensar na inclusão social, em que indivíduo e sociedade mobilizam-se para as mudanças necessárias, objetivando igualdade de direitos e oportunidades aos cidadãos, criando leis e políticas públicas eficientes.

O foco direcionado ao ensino fundamental surgiu da percepção de que quanto antes se inicia a inclusão e oferta de oportunidades para os alunos, mais cedo essas crianças perceberão que são iguais às demais, com os mesmos direitos e deveres dentro de seu grupo de convívio. Além disso, o Ensino Fundamental é um período de importante desenvolvimento e aquisição de conhecimentos e, assim, tanto crianças com deficiência quanto as comuns precisam conviver com essa realidade, de compreender e respeitar a todos, apoiando-se para evoluírem juntas, enquanto grupo.

Levantar o perfil das pessoas com deficiência com as políticas públicas do município de Florianópolis teve por intuito revelar alguns determinantes sociais envolvidos no processo da inclusão com qualidade da população. Consequentemente, poderá servir como ferramenta

estratégica para que os gestores que atuam na área de educação do município de Florianópolis, dando condições para que estes possam implementar e gerenciar Políticas Públicas mais eficazes que aspirem eficiência ao contingente de pessoas com deficiência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas encampam todas as políticas desenvolvidas pela administração pública, seja municipal, estadual ou Federal, com o intuito de atender às demandas da população em diferentes áreas. Nesse sentido, compreende-se que essas políticas não se concentram em apenas um dos âmbitos da vida dos cidadãos, como a saúde, mas devem abranger todos eles, visando oferecer melhores condições e qualidade de vida. As políticas públicas podem envolver a área da saúde, educação, cultura, empregos, etc., sempre levando em consideração quais são os direitos sociais e o que pode ser feito para que esses direitos sejam assegurados pelo Estado e acessados pelos cidadãos em todo o país, sem distinção (FARAH, 2016).

É difícil construir e aplicar um termo que esclareça o conceito de políticas públicas de forma mais ampla, porém, pode-se afirmar que elas envolvem leis, decretos, planos, programas e demais dispositivos legais, em associação com as ações reais conduzidas pelos governos, enquanto representantes dos cidadãos, para que os direitos sociais existentes no país sejam reconhecidos, respeitados e garantidos para todos, de forma igualitária em proporções e em acesso (HERINGER, 2018).

Um conceito que pode trazer nova luz ao tema é citado do seguinte modo:

Política Pública, à luz dos elementos descritos, pode ser definida como uma escolha estratégica de ações coordenadas, estabelecida pelo Estado perante a sociedade com vistas ao atingimento de objetivos benéficos para a própria sociedade, no todo ou em parte, definida por agentes públicos de alto escalão, fundamentada em normas jurídicas claras, e cujos resultados podem ser aferidos a partir da definição de metas pré-estabelecidas a serem cumpridas num horizonte temporal determinado. As políticas públicas são financeiramente dependentes do Estado, seja porque há recursos públicos envolvidos, na forma de verbas, subsídios ou financiamentos, seja pelo mero uso de instalações públicas ou pelo envolvimento de servidores públicos na sua execução ou gestão (HERINGER, 2018, p. 61).

Compreende-se, assim, que as políticas públicas não existem apenas quando há um projeto ou a aplicação de uma ação isolada, elas devem ser contínuas, atingir a todos os cidadãos, respeitar as leis vigentes, zelar pelos recursos públicos advindos dos esforços da população e sempre devem buscar melhorar, jamais podem manter-se no mesmo patamar no perpassar do tempo.

McConeell e Hart (2019) esclarecem que as ciências políticas se desenvolveram de forma mais considerável após a Segunda Guerra Mundial, visando avaliar a relação entre os governos e os cidadãos, bem como dentro dos grupos sociais, com uma abordagem voltada para os impactos da política sobre essas relações. Seu foco sempre foi o de uma construção social melhor, mais justa

para todos, levando ao desenvolvimento de sociedades nas quais os interesses e as necessidades da coletividade fossem valorizados mais do que interesses de governos e governantes. Em face disso, começaram os estudos a respeito de políticas públicas em todo o mundo, levando a uma produção de conhecimentos extremamente ampla e diversificada.

Em face desses estudos e da compreensão do valor das políticas públicas para as pessoas, não de forma individual, mas coletiva, surgiu a percepção mais específica quanto às falhas que vinham sendo cometidas ao longo dos anos e como essas tornaram-se comuns. No cenário atual, diante da disponibilidade de tecnologias de comunicação que permitem entre as pessoas uma interação em tempo real, há uma maior cobrança para que as políticas públicas sejam devidamente formuladas e se concretizem, porém, muito ainda há a ser alterado para que existam, de fato, políticas que atendam a todos, sejam bem formuladas, igualitárias e quantitativas, ou seja, existam em quantidade suficiente para a população à qual se aplicam (MCCONNELL; HART, 2019).

Em todo o mundo, as pessoas pagam impostos que são direcionados à administração pública conforme a esfera adequada (alguns impostos são para o município, outros para os estados, e assim por diante), com a promessa de que esses impostos são recolhidos visando atender as demandas das pessoas. O Estado e todos os âmbitos de governo não poderiam ofertar serviços de qualidade e em quantidade suficiente para a população se não houvesse uma fonte de financiamento. Para isso, as pessoas pagam impostos e esperam receber um retorno, uma compensação por seus esforços. Cada país administra os recursos de acordo com sua própria legislação, no entanto, em comum existe o fato de que cabe à administração pública atuar pela garantia de direitos de seus cidadãos (RADAELLI, 2018).

O que ocorre, porém, e que se percebe pela análise de dados sobre políticas públicas que existem falhas estruturais e organizacionais que fazem com que os cidadãos tenham a percepção de que muitas dessas políticas são falhas. Podem até existir, porém, alcançam pequenas parcelas da população ou, ainda, ofertam serviços ou bens que atendem apenas parcialmente suas necessidades, gerando lacunas consideráveis na saúde, educação, transportes públicos, etc. Atualmente existem indicadores que permitem uma análise aprofundada e muitos países desenvolveram leis visando a publicação desses números, como forma de permitir a participação popular em seus processos de políticas públicas e, assim, alcançar melhores resultados, porém, esses esforços andam a passos lentos, especialmente em países de baixa renda, e precisam não apenas de atenção como também de melhorias para que venham a se tornar realmente efetivos, justos e igualitários (MCCONNELL; HART, 2019).

Farah (2016) ressalta que, no Brasil, os dados sobre as políticas públicas ainda são superficiais, existem desvios importantes e a população, muitas vezes, desconhece quais são as

ferramentas para acompanhar seu desenvolvimento e aplicação ou de que forma podem exigir melhorias na área. Enquanto muitos países estudam suas políticas públicas de forma detalhada e aprofundada, no Brasil o tema ainda não gerou uma área de conhecimentos específica, na qual existam investimentos sólidos para que os resultados esperados sejam, de fato, alcançados.

Hartley e Woo (2019) afirmam que é preciso compreender as políticas públicas de forma diferente, elas não se tratam de uma concessão da administração pública para o bem das pessoas, mas um dever e, como tal, devem ser acompanhadas, avaliadas e criticadas sempre que necessário, para que realmente produzam melhorias e não sejam apenas gargalos para o desperdício dos recursos públicos. Comunidades de pesquisa pautadas sobre a políticas de forma geral e sobre as políticas públicas de forma específica devem ser incentivadas, mais do que dizer quais são as políticas públicas, quanto consomem dos recursos públicos e seus resultados, é preciso avaliar continuamente os motivos para seu desenvolvimento, como se justificam, se foram formuladas a partir de estudos populacionais reais ou se configuram mais como forma de dar visibilidade à administração pública, sem realmente contribuir para que os cidadãos tenham uma vida melhor.

Dalfior, Lima e Andrade (2015) afirmam que, no Brasil, a análise detalhada das políticas públicas é um esforço relativamente recente, vem se consolidando de forma lenta e os conhecimentos até então gerados são superficiais em sua maioria e pouco difundidos. Toda política pública deve ser desenvolvida pela administração pública com vistas à sociedade, jamais pode atender a interesses limitados, de algumas pessoas, mas deve ter como base a coletividade, o conjunto de pessoas que formam uma sociedade e, por isso, dividem espaços, vivência, dificuldades e necessidades. Ocorre, porém, que os interesses de poder, o desejo por demonstrar uma efetividade maior do que a real, que conquiste votos, se mostra maior do que a preocupação real com as pessoas, suas dificuldades e as ferramentas que poderiam alterar essa realidade para melhor.

Outro ponto a considerar refere-se ao fato de que as políticas públicas não podem ser estáticas, mas dinâmicas. As pessoas mudam, os grupos em que estão inseridos se alteram, não apenas em quantidade, mas em necessidades, em falta de empregos, em agravos de saúde, em falta de oportunidades, enfim, as mudanças ocorrem todos os dias e, assim, as políticas públicas somente podem ser efetivas se forem precedidas por análises detalhadas do perfil da população e forem atualizadas com frequência. Caso contrário, políticas públicas de grande efetividade no presente podem se tornar totalmente ineficazes em pouco tempo, deixando espaço para dificuldades sociais consideráveis no futuro (DALFIOR; LIMA; ANDRADE, 2015).

Heringer (2018) ressalta, ainda, que políticas públicas existem em alguma proporção em todos os locais, porém, a avaliação das mesmas ainda é um campo que necessita de maior atenção, organização e preparação para que sejam gerados resultados reais, passíveis de análise em um

cenário prático, avaliação de lacunas e falhas e, assim, instituição de medidas corretivas. Somente por meio da avaliação criteriosa das políticas públicas é possível dizer que elas contribuem para as pessoas e para os grupos sociais ou se são uma fachada para a administração pública que usa recursos da população, sem ofertar um retorno adequado por isso.

Para que uma política pública seja efetiva, a primeira etapa deve ser a agenda, a contextualização para sua aplicação, entendendo os motivos de sua importância e que proporções deve apresentar, “[...] é o momento de definição de temas prioritários a serem tratados pelo Estado. As análises sobre essa fase buscam compreender como e por que determinados temas se tornam mais (ou menos) prioritários de atenção governamental ao longo do tempo” (ENAP, 2019, p. 13).

Na sequência, deve ocorrer sua formulação, ou seja, com base na compreensão de seu valor e de sua necessidade para todo o contexto social, ela deve ser desenvolvida a partir de uma concepção teórica que permita sua posterior aplicação prática, “[...] é o momento em que as políticas serão objeto de formulação, de planejamento, de decisão sobre seus modelos e objetivos” (ENAP, 2019, p. 13).

A implementação configura-se como a terceira fase ou terceira etapa, quando esses planos, baseados em dados obtidos ao longo de estudos cuidadosos do perfil populacional e das demandas existentes, são transferidos para a realidade, transformados em ações reais às quais a população passa a ter acesso, ou seja, deixam de ser planos e se tornam serviços ofertados na esfera real e que, por isso, exercem influências sobre as condições de vida da população (ENAP, 2019).

Após todas essas fases, a avaliação das políticas públicas se faz essencial.

Por fim, a fase de avaliação é aquela em que os resultados das políticas públicas serão mensurados. As análises sobre essa fase buscam compreender os diferentes instrumentos de avaliação utilizados, os resultados alcançados em suas várias dimensões (eficiência, eficácia, efetividade etc.), os atores envolvidos na avaliação, mecanismos de feedback etc. (ENAP, 2019, p. 13).

A avaliação deverá trazer, sempre, a possibilidade de compreender se todos os planos anteriores e as fases em que se enquadram foram devidamente cumpridos e, assim, geraram bons resultados ou se sua transição da teoria para a prática deixou lacunas ou falhas que prejudicam a população. Compreende-se, assim, que as políticas públicas devem ser conduzidas de acordo com fases específicas, bem delimitadas e claras, para que deixem de ser somente planos e se tornem práticas. Cada uma das fases tem relação com a anterior e, assim, uma falha em qualquer uma das etapas poderá comprometer o resultado final de toda uma política pública. Por mais que tenha sido baseada em estudos reais e confiáveis sobre as necessidades populacionais, por exemplo, se o planejamento não for completo, então os resultados também não alcançarão o esperado (ENAP, 2019).

Conforme esclarecido por McConeell e Hart (2019), Dalfior, Lima e Andrade (2015) e Farah (2016), políticas públicas devem abranger todas as áreas da vida social, não são destinadas à uma pessoa, mas a todas elas e devem buscar a garantia de direitos nessas diversas áreas. Sob esse prisma, não podem ser bem estruturadas na saúde e ignorar a educação, por exemplo, em cada uma das áreas necessárias para a construção de uma vida digna e justa devem existir políticas públicas bem formuladas e efetivas.

A legislação brasileira é clara quanto ao dever do Estado de incluir as pessoas com deficiência para que vivem de forma adequada e respeitosa, não apenas em sua família, mas em todos os aspectos da vida social, o que se trata de uma importante evolução na esfera de proteção e garantia de direitos aos cidadãos com deficiência (TELES; RESEGE; PUCCINI, 2016).

Em 1990, no Brasil, esse movimento se fortaleceu com as conquistas estabelecidas na Constituição Federal (1988) que afirma a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e ressalta o dever do Estado com a educação, efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, e, ainda, atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (TELES; RESEGE; PUCCINI, 2016, p. 448).

Nesse sentido, diante da definição constitucional de que todos são iguais perante a lei, as políticas públicas devem atender parcelas da população cujo acesso aos direitos depende de esforços governamentais ainda maiores, como no caso das pessoas com deficiência, seja ela física ou mental. Nesse sentido, o tópico de estudos a seguir aborda a deficiência, sua conceituação e os números verificados no Brasil e no mundo.

2.2 DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

Abordar a deficiência é sempre uma questão relativamente difícil, que pode variar de acordo com a vertente sob a qual se procede da análise. Por exemplo, na vertente histórica tem-se a percepção do quanto as pessoas com deficiência já foram excluídas, isoladas por serem consideradas como um fardo, porém, sob a vertente do direito verifica-se uma evolução considerável a partir do reconhecimento internacional dos direitos humanos desses indivíduos. “Além disso, retrair o histórico acerca das PCD - Pessoas com Deficiência, devido ao modo pelo qual elas foram tratadas ao longo do tempo, não é uma tarefa precisa, já que não se trata de um processo contínuo nem homogêneo, variando de um lugar para outro num mesmo período histórico” (PAIVA BENDASSOLI, 2017, p. 419).

Em face dessas inúmeras diferenças que permeiam esse campo de estudos, deve-se compreender que, no presente, a deficiência tem uma forma mais específica de ser compreendida do

que ocorria no passado. No presente, busca-se gerar a compreensão de que se trata de uma característica da pessoa e, assim, não pode atuar como fonte de discriminação e desrespeito (PAIVA BENDASSOLI, 2017).

A deficiência está presente em todas as raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, idades e religiões, sendo que mais de um bilhão de pessoas, ou 15% da população mundial, têm alguma forma de deficiência. Dentre elas, em torno de 150 milhões de crianças apresentam alguma deficiência e 80% delas vivem em países em desenvolvimento, locais nos quais os recursos são limitados e, assim, o atendimento de suas necessidades pode não ocorrer integralmente, como deveria ser assegurado (HAYES; BULAT, 2017).

Por deficiência ressalta-se uma limitação para determinadas habilidades, que pode ser congênita ou adquirida ao longo da vida, decorrente de acidentes, doenças ou outros fatores. A deficiência pode ser de mobilidade, auditiva, visual, intelectual, enfim, não existe apenas uma forma de deficiência, são diversas com números variados em todo o mundo (OMS, 2011).

É preciso esclarecer a diferença entre deficiência, incapacidade e desvantagem:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica “deficiência” como uma diferença na organização estrutural, psicológica e fisiológica do organismo (exemplo: a ausência de um dos membros inferiores). A “incapacidade” como sendo a consequência funcional da deficiência, de modo a não realização de tarefas do cotidiano. E “desvantagem” é o termo que diante dessas situações, mostra o despreparo da sociedade em relação à acessibilidade e à aceitação das necessidades especiais para que as pessoas com deficiência física alcancem um determinado desempenho social (SANTOS et al, 2012, p. 111).

Compreende-se, assim, que tanto a deficiência, a incapacidade ou a desvantagem são condições que atingem a relação dos indivíduos com seu entorno e, muitas vezes, fazem com que sejam menos aceitas nos grupos existentes.

Santos (2008, p. 502) conceitua a deficiência como “[...] um conceito abrangente relacionado às restrições sociais impostas às pessoas que possuem variedade nas habilidades corporais”. Nesse sentido, compreende-se que a deficiência, por si só, traz limitações à vida e ao desempenho de algumas atividades dos indivíduos, limitações essas que se expandem quando se leva em consideração a estrutura de muitas regiões do mundo visando atender e apoiar essas pessoas.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde - CIF, adotada como o modelo conceitual deste Relatório, define a incapacidade como um termo amplo para deficiências, limitações às atividades e restrições à participação. A incapacidade se refere aos aspectos negativos da interação entre indivíduos com determinadas condições de saúde (tais como paralisia cerebral, Síndrome de Down ou depressão) e fatores pessoais e ambientais (tais como atitudes negativas, transportes e prédios públicos inacessíveis, e apoio social limitado) (OMS, 2011, p. 7).

Um conceito bastante válido e claro quanto à deficiência foi cunhado por Miralian et al (2000, p. 98) da seguinte maneira:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Assim, a pessoa com alguma deficiência é aquela com uma incapacidade ou limitação, total ou parcial, que interfere em seu cotidiano e pode causar dificuldades de acesso aos direitos que deveriam ser assegurados a todos os cidadãos de forma igualitária. A pessoa com alguma deficiência tem reduzida ou totalmente limitada alguma de suas capacidades funcionais, ou mais de uma, porém, isso não interfere em sua cidadania, não pode atuar como precedente para que seja desrespeitada, excluída ou considerada inferior. Aproximadamente 15% da população mundial apresenta alguma forma de deficiência e esses números não apresentam taxas de redução ao longo dos anos (OMS, 2011).

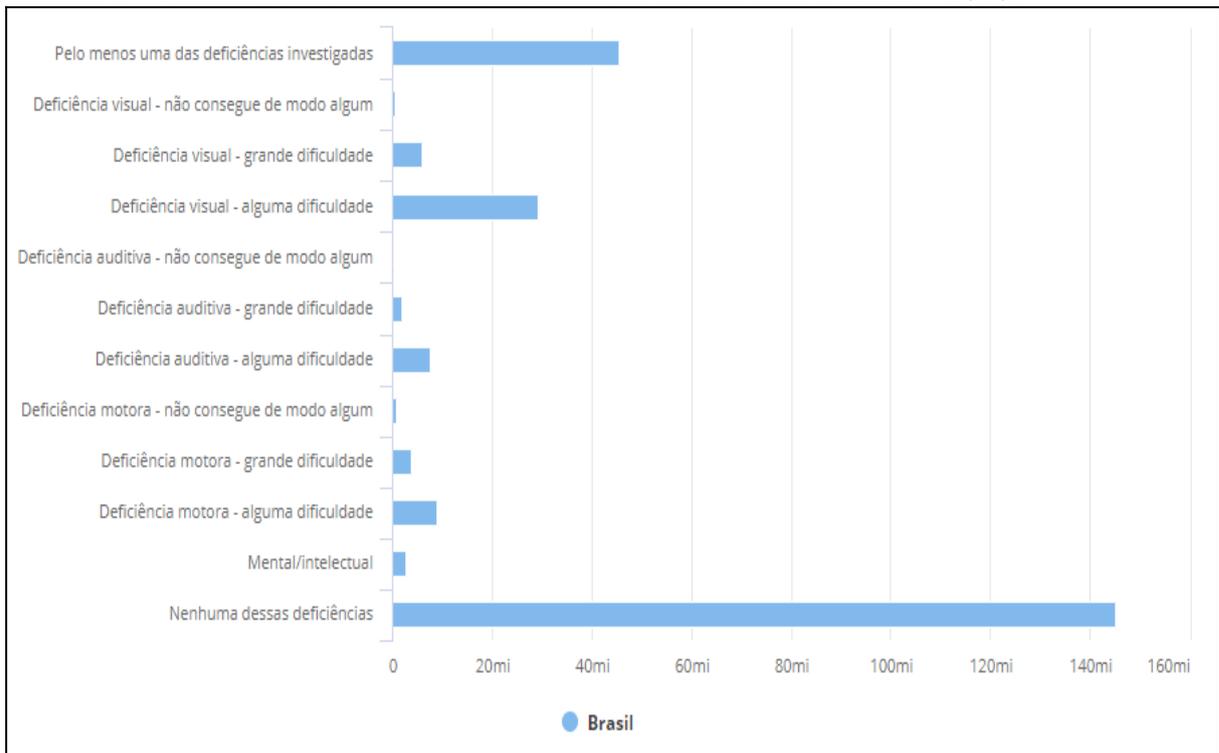
Miralian et al (2000) ressaltam que tanto os conceitos quanto a forma de atendimento dessas pessoas na área social dependem de fatores culturais que vêm se alterando ao longo dos anos, porém, ainda há uma carga extremamente negativa sobre a deficiência e a pessoa com deficiência, fator que impede uma inserção real e abrangente na vida social, acadêmica, profissional, etc.

No Brasil, os dados do IBGE (2010) são os dados oficiais mais recentes, o que indica que estudos sobre a deficiência precisam ser atualizados para que se tenha uma percepção real do quadro no presente.

O Gráfico 1 traz dados a respeito das deficiências de forma geral, ou seja, visual, auditiva, intelectual e motora, bem como a classificação entre grande dificuldade, alguma dificuldade e incapacidade total de realização.

Os dados evidenciam que mais de 40 milhões de brasileiros relatam pelo menos uma deficiência, leve ou severa, total ou parcial, sendo as deficiências visuais as mais comumente destacadas entre os brasileiros.

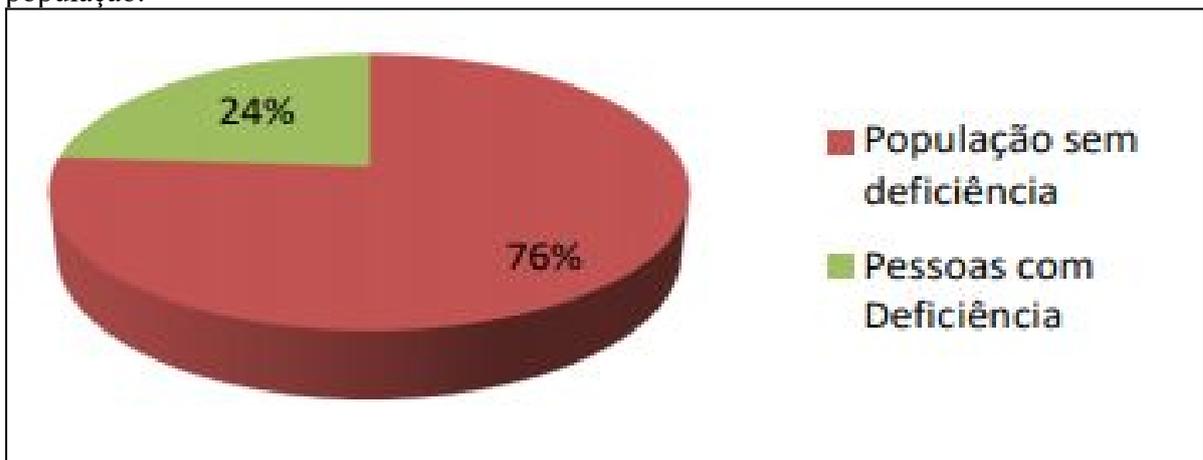
Gráfico 1 – Pessoas com deficiências no Brasil de acordo com o IBGE – 2010.



Fonte: IBGE (2010).

Quanto ao percentual da população que essas pessoas representam, apresenta-se o Gráfico 2, na sequência.

Gráfico 2 – Pessoas com deficiências no Brasil de acordo com o IBGE – 2010 – percentual da população.



Fonte: Brasil (2019).

Os dados evidenciam que aproximadamente um quarto de toda a população brasileira apresenta alguma forma de deficiência (auditiva, visual, motora, intelectual, total ou parcial, congênita ou adquirida).

O grau de dificuldade das pessoas com deficiência no Brasil consta do Gráfico 3, que segue.

Os dados evidenciam que as deficiências que causam alguma dificuldade, mas não limitam completamente os indivíduos são as mais prevalentes. Essas deficiências podem ser visuais, auditivas, motoras ou intelectuais, porém, não são totais, de modo que existem habilidades e capacidades para diferentes atividades do cotidiano, ainda que algum auxílio seja necessário (óculos, aparelhos auditivos, muletas, etc.).

Gráfico 3 – Pessoas com deficiência no Brasil de acordo com o grau

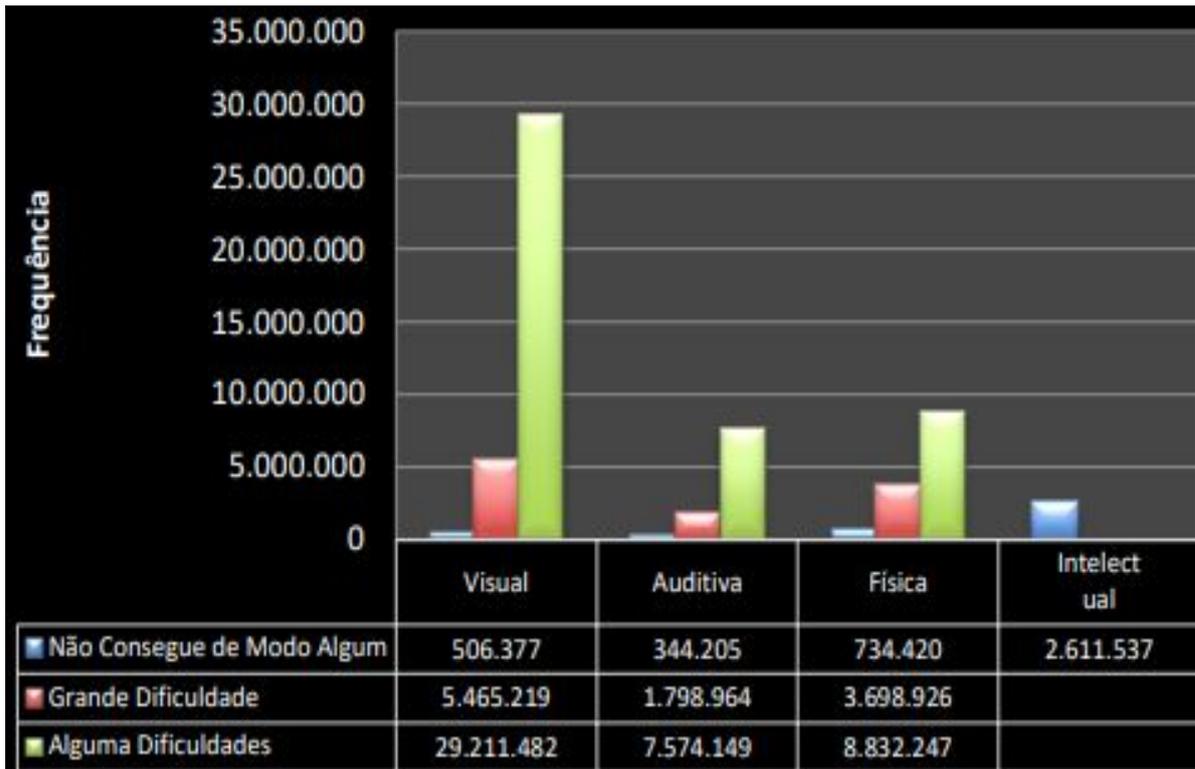


Fonte: Brasil (2019).

No que tange as modalidades (visual, auditiva, motora, etc.) e graus de dificuldade (grande dificuldade, alguma dificuldade ou aqueles que não conseguem de forma alguma), apresenta-se o gráfico 4.

Destaca-se a deficiência física, foco do presente estudo, que causa na maioria dos indivíduos alguma dificuldade (ou alguma limitação) para as atividades do cotidiano. Há uma parcela considerável com alguma dificuldade, porém, pessoas totalmente impedidas das atividades em função de deficiência física são a minoria nesse grupo, o que não representa um número pequeno (são mais de 734 mil pessoas totalmente impedidas).

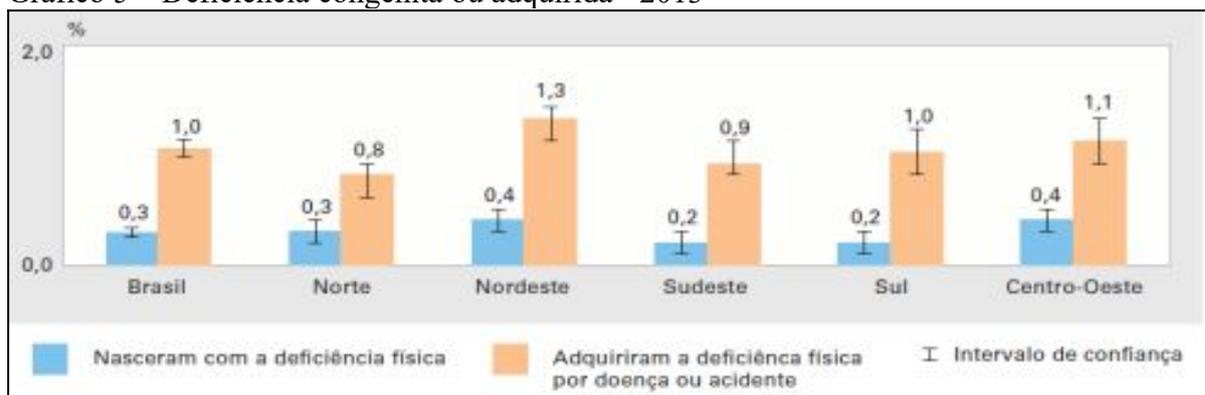
Gráfico 4 – Pessoas com deficiência no Brasil de acordo com a modalidade e grau



Fonte: Brasil (2019).

No Gráfico 5 constam dados de deficiência congênita e adquirida. Os dados demonstram que as deficiências são em sua maioria adquiridas, ou seja, ocorreram após o indivíduo sofrer de alguma doença ou um acidente que comprometesse suas capacidades.

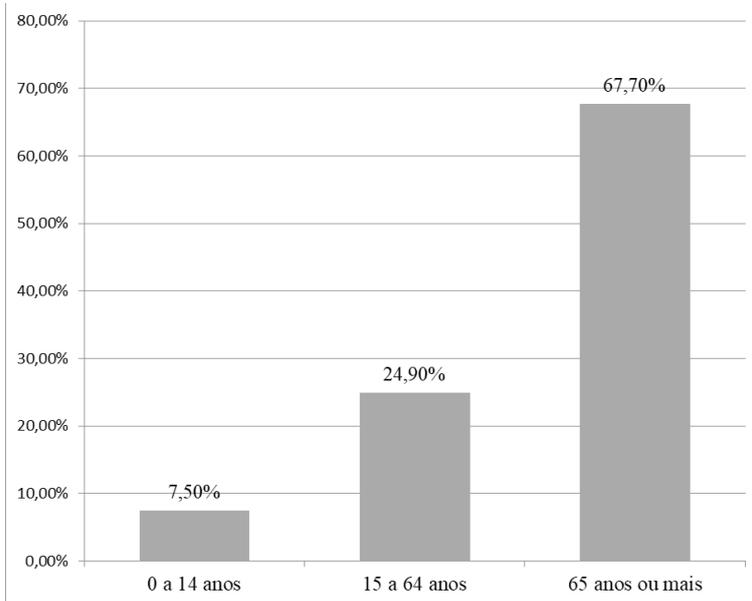
Gráfico 5 – Deficiência congênita ou adquirida - 2013



Fonte: Brasil (2019).

Pensando-se na distribuição das deficiências de acordo com a faixa etária dos indivíduos, apresenta-se o Gráfico 6, na sequência. Verifica-se que quanto mais a idade avança maiores são os índices de ocorrência de deficiências, tendo-se em mente que o envelhecimento pode desencadear condições passíveis de gerar como resultado o comprometimento de algumas capacidades dos indivíduos.

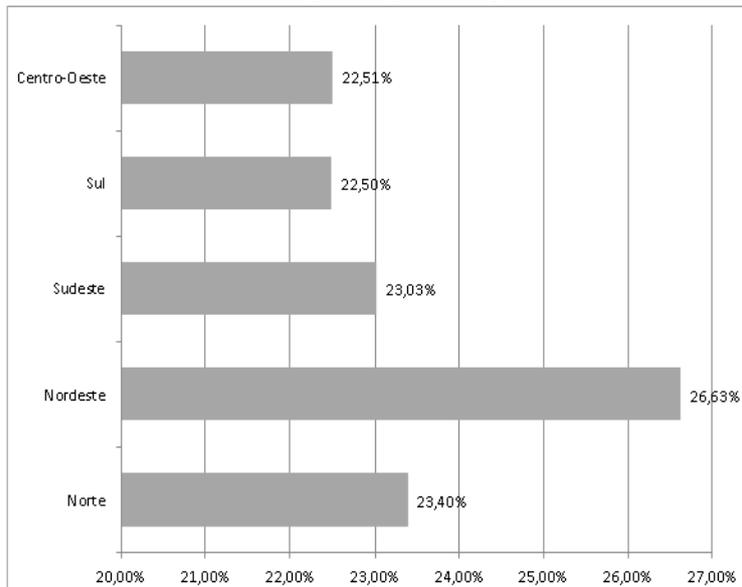
Gráfico 6 – Deficiência no Censo do IBGE 2010



Fonte: Adaptado de Brasil, Cartilha do Censo 2010 (2012).

Em uma análise de todas as deficiências, sua distribuição por região do país se dá de acordo com o Gráfico 7, que segue. A Região Nordeste do Brasil apresenta a maior incidência de deficiências de todo o país, seguida pela Região Norte e Sudeste.

Gráfico 7 – Deficiência por região do país



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Sobre a prevalência das deficiências no mundo, Malta et al (2016, p. 3254), ressaltam que:

Estima-se que mais de um bilhão de pessoas em todo mundo tenha algum tipo de deficiência ou incapacidade, correspondendo a cerca de 15% da população mundial. Ainda segundo a OMS, pelo menos 10% das crianças no mundo nascem ou adquirem algum tipo de deficiência física, mental ou sensorial com repercussão negativa no desenvolvimento. Além disto, existem inúmeras desigualdades no acesso à reabilitação e em países subdesenvolvidos apenas 3% das pessoas que necessitam de cuidados recebem algum tipo de serviço de reabilitação.

Percebe-se, assim, que os números da deficiência são elevados no Brasil e no mundo, o que demanda não apenas de maior atenção ao tema, como também do desenvolvimento de políticas públicas eficientes para o atendimento dessas pessoas em todas as áreas sociais e, assim, assegurar uma vida digna e justa, igual ao que se assegura para os cidadãos sem qualquer forma de deficiência. A falta de dados exatos sobre a deficiência no mundo faz com que essas pessoas, muitas vezes, não sejam vistas, não sejam levadas em consideração de forma mais específica quando são desenvolvidas políticas de saúde pública, entre outras políticas essenciais para sua vida (OMS, 2011).

Nesse sentido, o tópico de estudos que segue dedica-se a uma análise de políticas públicas direcionadas para as pessoas com deficiência.

2.3 Políticas públicas para a pessoa com deficiência

Políticas públicas podem ser desenvolvidas de forma efetiva, porém, para que isso se consolide é preciso mudar a mentalidade e a cultura envolvendo a deficiência e a forma como as pessoas deficientes são vistas dentro dos grupos sociais. Certamente essas pessoas podem ter mais dificuldades em algumas atividades do que outras, porém, ao serem excluídas, qualquer oportunidade de desenvolvimento é eliminada e é possível que passem toda a vida sem poder desenvolver e mostrar seu potencial. A inclusão social faz parte dos direitos humanos das pessoas com deficiência e esses direitos não se limitam apenas à deficiência física, envolve também a deficiência mental. Incluir a pessoa com deficiência não é uma escolha ou um favor, mas um dever dos governos de todo o mundo e da sociedade, que deve ser defendido por todos os cidadãos (HALL et al, 2019).

Gannon e Nolan (2007) ressaltam que dados estatísticos de diferentes países apontam uma ampla relação entre deficiência e pobreza, o que indica que essas pessoas são excluídas amplamente das oportunidades do cotidiano. Essas pessoas, ainda que tenham potencial para estudar, trabalhar, produzir, alcançar renda e desenvolvimento para si e para a sociedade, são deixadas de lado e, assim, não conseguem sair da linha de pobreza em que vivem. É essencial que políticas públicas centradas na pessoa com deficiência sejam cada vez mais desenvolvidas e aplicadas em todo o

mundo, para que se gere uma tendência de alteração não apenas na forma como essas pessoas são vistas e valorizadas, mas também em sua aceitação e esforços de inserção na sociedade como iguais.

Para Simplican et al (2015), mudanças ainda mais significativas são necessárias nas sociedades do mundo para o alcance de uma inclusão real e ampla dessas pessoas. O primeiro ponto refere-se ao fato de que os conceitos de inclusão vigentes no presente são muito superficiais, em geral com a ideia de que se deve ceder um lugar para essas pessoas dentro dos grupos sociais como uma atividade politicamente correta. A inclusão, ao invés de ser vista como um direito desses cidadãos e dever da administração pública, das sociedades e das empresas, é vista como um ato de caridade, uma ação generosa movida puramente por piedade. Com isso, a inclusão se desvia de sua realidade e passa a ser vista como um favor, porém, isso não pode se perpetuar, é preciso fazer com que se consolide uma consciência dos direitos das pessoas com deficiência como direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

Nos países de baixa e média renda os desafios para incluir as pessoas com deficiência, especialmente no mercado de trabalho, são ainda maiores. Essas pessoas não apenas são discriminadas em face das limitações físicas ou intelectuais que apresentam, mas em muitos casos por serem vistas como um peso. Para muitos governos e empresas, desenvolver políticas voltadas para essas pessoas torna-se um custo, uma despesa com a qual não poderiam contar. Em países de alta renda as políticas de inclusão e oferta de oportunidades para as pessoas com deficiência estão mais adiantadas, ainda que o cenário não possa ser declarado como ideal e livre de qualquer forma de segregação (EBUENYI et al, 2018).

Políticas públicas são eficientes quando resultam do debate entre a administração pública e a sociedade a respeito dos problemas mais graves existentes e a busca por sua resolução. Não se pode ignorar que a forma como as pessoas com deficiência são tratadas se trata de um problema que diz respeito a todos, não apenas à pessoa com deficiência. Quando um cidadão é desrespeitado e a sociedade não se esforça para alterar essa realidade, todos são prejudicados, pois se abre espaço para exceções, para casos nos quais o desrespeito é aceito, escondendo-se por detrás de uma fachada de tendência ou de fator cultural (MARIANO et al, 2017).

As pessoas com deficiência passaram a ser vistas de outra forma após a Revolução Industrial, quando passam a ser registradas suas atividades como trabalhadores, assim como ocorreu com as mulheres, de modo que em todo o mundo os olhares para esses indivíduos começaram lentamente a ser alterados. Ainda que o processo de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência tenha sido lento e esteja distante do ideal, pode-se dizer que a definição de direitos para essas pessoas, assim como era assegurado para as demais, teve como marco a Revolução Industrial

e sua inserção no mercado de trabalho, demonstrando que poderiam colaborar ativamente para a geração de renda para si e de lucros para as empresas (PAIVA; BENDASSOLLI, 2017).

Deve-se compreender, assim, que não basta que as diferenças sejam aceitas, elas precisam ser valorizadas pelo que são características que cada pessoa carrega e que formam seus conceitos, ideias e ideais.

A aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade (SILVA, 2009, p. 144).

Deve haver espaço para todas as pessoas na sociedade, não importa se elas têm ou não alguma deficiência. Para que isso ocorra, porém, a inclusão deve deixar de ser uma tendência para se tornar uma prática ampla, reconhecida e defendida por todos, especialmente aqueles que não têm deficiência devem compreender seu valor para a formação social.

Sobre a inclusão social dessas pessoas, pode-se afirmar que:

Incluir socialmente as pessoas com deficiência significa respeitar as necessidades próprias da sua condição e possibilitar acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e artísticos e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico, científico e tecnológico da sociedade contemporânea (BRASIL, 2010, p. 18).

Assim, deve-se ressaltar que a inclusão é muito mais do que essas pessoas ocuparem os mesmos espaços que as demais, refere-se ao fato de garantir que tenham as mesmas oportunidades, a mesma dignidade e o mesmo respeito.

Analisando-se as políticas públicas brasileiras com foco na pessoa com deficiência, pode-se ressaltar que existe um número maior de esforços na área de saúde, ou seja, a área de saúde trata-se de uma das áreas sociais com mais políticas e ações voltadas para a pessoa com deficiência do que outras áreas da sociedade (PAIVA; BENDASSOLLI, 2017).

Nos serviços de saúde pública, assim como em instituições privadas, a legislação define que a pessoa com deficiência deve ter prioridade de atendimento, em função de todas as demais dificuldades com as quais precisa lidar e, assim, deve-se assegurar que não tenham que enfrentar ainda o desafio do descaso ou do atraso em seu atendimento (BRASIL, 2010).

Borges e Pereira (2016, p. 567) enfatizam que:

O Brasil, nas últimas décadas, tem produzido um conjunto de políticas públicas que desafiam a sociedade sob todos os seus aspectos, sejam eles éticos, morais ou culturais. Os temas de direitos humanos, como igualdade racial, diversidade sexual e de gênero, questões geracionais e direitos da pessoa com deficiência, cada vez mais se afirmam na agenda do País e provocam as estruturas de gestão em todas as esferas, sejam elas a federal, a estadual ou a distrital e a municipal. Um dos fatores

que nos ajuda a entender esse processo é o de que a luta pelos direitos humanos é um aspecto contraditório, no qual o Estado, qualquer que seja o governo no regime democrático, e a sociedade civil têm responsabilidades necessariamente compartilhadas.

No Brasil, assim como no resto do mundo, os direitos que foram conquistados e as políticas que foram desenvolvidas são frutos de um processo lento, que envolveu uma série de atores, não apenas governos, mas as pessoas, mesmo aquelas sem deficiências, que entenderam a necessidade de proteger essas pessoas que, muitas vezes, não conseguem exigir por conta própria que suas garantias sejam devidamente cumpridas (BORGES, PEREIRA, 2016).

Fraga e Sousa (2009) afirmam que a década de 80 foi um divisor de águas no que tange a pessoa com deficiência, garantia de direitos e desenvolvimento de políticas públicas na área. Com a promulgação da Constituição Federal reconhecendo que todos são iguais e assim devem ser tratados, além dos esforços para a universalização da saúde, acesso à educação e demais dispositivos, a pessoa com deficiência passou a receber uma atenção maior e, assim, tendências foram se alterando em todos os setores da sociedade.

No Brasil, a política de inclusão social das pessoas com deficiência tem reconhecimento como norma ampla, a partir da Constituição Federal de 1988, que originou a Lei nº 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99. Esses documentos nacionais, junto a outros, com destaque para as Leis nº 10.048 e nº 10.098 de 2000 e o Decreto nº 5296/2004, conhecido como o decreto da acessibilidade, são instrumentos legais importantes que vieram ganhar força com a aprovação, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, realizada em 14 de Dezembro de 2006, da Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CDPD (BORGES; PEREIRA, 2016, p. 559).

O atendimento das necessidades das pessoas com deficiência que por muitos anos foi visto como um ato de caridade passou, assim, a ser visto como direito dos cidadãos e dever do Estado. Para cumprir com suas obrigações, o Estado passou a desenvolver políticas públicas para o atendimento das necessidades dessas pessoas, envolvendo também os municípios e estados para que cada um deles passasse a contribuir para a área de saúde, educação, emprego, transportes, etc. (PAIVA; BENDASSOLLI, 2017).

Todo o exposto permite ressaltar, assim, que incluir é mais do que preparar um espaço físico, é formar a população, os demais cidadãos, para compreender que a deficiência não reduz uma pessoa, apenas caracteriza as diferenças.

De modo geral, a sociedade não está preparada para aceitar as diferenças. As regras sociais, comumente ditadas pela classe dominante, traçam um perfil do homem normal junto à expectativa de que todos devem ajustar-se a ele. Aqueles que escapam de algum modo ou em algum grau desse perfil veem-se, então, como alvo de preconceito e discriminações (TUNES; PIANTINO, 2006, p. 7).

No entanto, todos os indivíduos são diferentes entre si em alguma proporção e, assim, a deficiência jamais deve servir de argumento para que algumas pessoas não tenham chances tanto quanto as outras. Para que isso ocorra, o primeiro desafio encontra-se nas escolas.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS ATUAIS

O tema da inclusão de crianças com deficiências na educação regular não é novo, mas vem sendo debatido nas últimas décadas com o intuito de chamar toda a sociedade e reavaliar essa questão e encontrar formas de apoiar escolas e professores no sentido de ofertar, de forma justa e igualitária, educação para as crianças com deficiências (SANTANA, 2005).

Crianças com deficiências e que vivem em países de baixa ou média renda, não raramente, vivem em condições de extrema pobreza, exclusão e discriminação e não conseguem acesso aos serviços básicos oferecidos aos seus pares sem deficiência. Acredita-se que 90% das crianças com deficiência em países de baixa renda nunca receberam qualquer forma de educação, enquanto aqueles que são matriculados têm maior probabilidade de abandonar a escola do que os alunos sem deficiência (HAYES; BULAT, 2017).

Incluir é mais do que colocar as crianças com deficiência na mesma sala de aula que as crianças sem deficiência estão, isso apenas é uma inserção em determinado espaço. Incluir demanda de garantir que essas pessoas terão as mesmas oportunidades, com atividades iguais, porém adaptadas para as especificidades (PEREIRA; SANTANA; SANTANA, 2012).

Deve-se compreender, porém, que por muitos anos a pessoa com deficiência foi segregada, considerada como um castigo para as famílias e, assim, esses indivíduos eram escondidos pelos membros do grupo, por representarem uma vergonha, um castigo das divindades para seus pecados (SASSAKI, 2006; SILVA, 2009). No Brasil, a pessoa com deficiência também já foi vista como uma punição, uma vergonha que as famílias optavam por esconder da sociedade para não se sentirem inadequadas, inferiorizadas ou excluídas (CRUZ, 2007). Somente com o passar dos anos essa visão foi eliminada e compreendeu-se que essas pessoas devem ter a mesma garantia de direito que as demais (SASSAKI, 2006).

Somente é possível falar em inclusão quando esta não leva em consideração apenas a preparação dos espaços para receber essas pessoas (inclusão física), é necessário que possam acessar aos estudos, trabalho, lazer e outros fatores importantes para a construção de uma vida digna (social) e a garantia de que receberão todo o apoio para um desenvolvimento de suas habilidades e saberes para a vida (funcional). Nesse sentido, quando se fala em incluir, não basta destinar um

espaço em comum para todas as pessoas, deve-se atuar para que o contexto social, em sua totalidade, receba, acolha e respeite esses cidadãos e todos os seus direitos (PEREIRA; SANTANA; SANTANA, 2012).

Pensando-se especificamente na inclusão escolar, o primeiro ponto a ressaltar refere-se à visão de Mantoan (2002) que define que todas as crianças carregam em si especificidades, não se pode criar um parâmetro e esperar que todas se enquadrem nele. É preciso entender que a escola deve ser o local no qual essas especificidades, mais do que respeitadas, são valorizadas, onde essas crianças sentem que, de fato, fazem parte do grupo e têm valor dentro dele (VYGOTSKY, 2003).

As crianças precisam da escola para que aprendam o conteúdo definido para cada etapa do ensino, na escola desenvolvem dezenas de habilidades e aprendizados que carregarão para a vida e, assim, esses aprendizados devem ser realmente significativos. Não basta que entendam textos ou saibam fazer contas, mais do que isso, precisam ter clara percepção sobre direitos, deveres, respeito, apoio, etc. Nesse sentido, a escola que segrega forma pessoas que acreditam que a segregação não é um problema tão grave e não se comprometem a combatê-lo também fora dos muros da escola (MANTOAN, 2002).

É preciso esclarecer, ainda, que a visão dos professores e direitos deve ser avaliada, esses profissionais encontram-se em contato direto com os alunos, percebem as dificuldades, os desafios e são os profissionais mais qualificados para auxiliar no esforço de encontrar soluções para uma problemática que não deve ser vista como um problema dos próprios deficientes, mas de interesse de todas as pessoas, por se tratar da garantia de igualdade, que deve ser um dos princípios da formação da sociedade para que seja justa para todos (SANTANA, 2005).

Com foco na proteção desses indivíduos, em 1993 foi promulgado o Decreto nº 914, por meio do qual se instituiu a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência, conceituando a pessoa com deficiência do seguinte modo:

Art. 3º Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, Decreto nº 914, 2020).

O referido Decreto não reconhece apenas uma forma de deficiência, mas todas elas, sejam totais ou parciais, porém, devem ser de forma permanente, não sendo consideradas deficiências aquelas limitações que ocorrem apenas de modo temporário.

A Lei nº 7.853 de 1989 criminaliza toda forma de discriminação da pessoa com deficiência no país (BRASIL, Lei nº 7.853, 2020). O Brasil conta com um importante conjunto de leis que definem não apenas a prioridade de atendimento, mas também os direitos das pessoas com

deficiência, proibindo qualquer forma de segregação, o que se aplica também às escolas, que devem atuar continuamente para que incluir não seja uma exceção, mas a regra.

Barros, Silva e Costa (2015, p. 147), sobre o processo de inclusão escolar da criança com deficiência e sua visão nos últimos anos, ressaltam que:

A inclusão de alunos com deficiência no campo educacional não se constitui em um fato recente. Advém de uma luta histórica, consolidando-se, expressivamente, enquanto movimento social, mundialmente conhecido, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. A temática aborda novas propostas de políticas para inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, trazendo múltiplas perspectivas e concepções, que contribuem para a compreensão do cenário e da complexidade dos processos em que se inserem.

Compreende-se, assim, que ainda que o cenário atual esteja distante do ideal, já esteve mais longe, pois as preocupações atuais nem sempre estiveram presentes e as lutas nem sempre ocorreram em prol da defesa da pessoa com deficiência e todos os seus direitos enquanto cidadãos que são.

Braga e Schumacher (2013) enfatizam a necessidade de reconhecer e valorizar as crianças com deficiência nos espaços educacionais, sendo que reconhecer não significa apenas inseri-las nesses espaços, mas desenvolver metodologias e atividades que permitam que acompanhem seus colegas, sintam-se realmente parte do grupo e, acima de tudo, para que sejam vistas por seus colegas como parte integrante e importante da construção de suas aulas.

Maciver et al (2019) relatam que cerca de 95 milhões de crianças (5,1%) com idades entre 0-14 anos têm alguma forma de deficiência, os problemas mais comuns são condições do espectro do autismo, atraso no desenvolvimento, distúrbios comportamentais e dificuldades de aprendizagem. Muitos países definem leis para que essas pessoas sejam incluídas na educação tanto quanto as demais, porém, não são muitos aqueles que conseguem de fato, colocar essa inclusão em prática de forma integral e efetiva. A participação na escola inclui atividades não estruturadas (amizades, jogos), atividades organizadas (esportes, clubes, artes), atividades baseadas em sala de aula (trabalho em grupo, estudo) e envolvimento em papéis sociais, no entanto, a realidade é que crianças com deficiência correm um risco elevado de obterem apenas participação limitada na escola.

As restrições em sua participação integral na escola geram consequências significativas ao longo da vida para o desempenho, qualidade de vida e bem-estar, em geral, a frequência de crianças com deficiência é reduzida em comparação com seus pares, esses alunos participam menos de atividades estruturadas e não estruturadas, e experimentam interação e participação em atividades ao ar livre reduzidas. Além disso, as crianças com deficiência mostram menos envolvimento no mundo escolar em geral, incluindo clubes e organizações. Isso tudo decorre do fato de que podem estar em

um mesmo ambiente que as demais, mas a preparação e adaptação de atividades para suas necessidades específicas nem sempre é uma realidade (MACIVER et al, 2019).

É preciso, assim, alcançar um cenário de educação inclusiva, aquela que realmente acolhe todos os alunos, com ou sem deficiências, e na qual a preparação das aulas visa assegurar as mesmas oportunidades a todos, ainda que para isso metodologias diferenciadas precisem ser definidas e aplicadas, de modo que:

A educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque esta atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem. Nesse sentido, a diferença é um valor (Ainscow, 1998) e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva (SILVA, 2009, p. 148).

Na visão de Braga e Schumacher (2013), essas crianças, na maioria das vezes, não sabem quais são seus direitos e como lutar por eles, cabe à escola tornar-se uma ferramenta de concretização desses direitos. Não se trata de uma luta apenas das pessoas com deficiência, toda a sociedade deve lutar para que o reconhecimento da igualdade e da dignidade ocorra dentro e fora das escolas.

Quanto maior a inclusão das crianças com deficiência no Ensino Fundamental, maiores as chances de que cheguem ao ensino superior, alcançando uma formação completa e que lhes permita viver de forma igualitária. Em todas as etapas da educação, a inclusão deve ser uma prática efetiva, sempre com foco na pessoa, não nas limitações (MOREIRA; MICHELS, COLOSSI, 2006).

Quando se fala em qualidade da educação, ainda existe uma associação com os resultados dos alunos nas avaliações a que são submetidos, mas é preciso, na esfera da inclusão, avaliar a qualidade sob outra perspectiva, a da oferta de saberes que formam mais do que alunos, formam cidadãos cientes de seu papel na sociedade, se seus direitos e deveres, capazes de praticar o respeito e exigir que se concretize, não apenas para si, mas para todos. Nesse sentido, qualidade da educação é forma cidadãos que se apoiam, que mutuamente trocam experiências e que valorizam as especificidades e necessidades de todos (BARROS; SILVA. COSTA, 2015).

A existência de uma deficiência, por si só, já gera dificuldades na vida das pessoas acometidas, muitas necessitam de auxílio para atividades simples do cotidiano, outras não conseguem participar da vida familiar da forma como gostariam, lazer e meios de comunicação podem não estar adequados as suas necessidades, enfim, muitas são as possíveis barreiras. É preciso que a escola não seja um espaço de dificuldades, mas uma porta aberta, pronta a acolher e apoiar a

formação e o desenvolvimento integral dessas pessoas, para que tenham a possibilidade de, ainda que lentamente, retirar de seus caminhos as barreiras existentes (BERNARDES, 2012).

Na sequência, a Tabela 1 apresenta um diferencial a respeito da educação inclusiva e a educação padrão, sem práticas inclusivas ou apenas práticas superficiais.

Tabela 1 - Educação inclusiva x não *in*clusiva

INCLUSIVA	NÃO INCLUSIVA
Os alunos com deficiência frequentam as escolas as escolas que frequentariam se não fossem deficientes, com facilidade de acesso	Colocar alunos com deficiência em salas de aula de educação geral sem um planejamento cuidadoso e apoio adequado
Cada aluno está em uma sala de aula apropriada para a idade e etapa da educação	Reduzir serviços ou financiamento para serviços de educação especial
Cada aluno é aceito e considerado um membro pleno e valioso da classe e da comunidade escolar	Colocar todos os alunos com deficiência em salas de aula separadas com a ideia de que irão atrapalhar o andamento dos demais
Apoios de educação especial são fornecidos a cada aluno com deficiência no contexto da sala de aula de educação geral	Os professores gastam uma quantidade menor de tempo ensinando ou adaptando o currículo para alunos com deficiência
Todos os alunos recebem uma educação que atende às suas necessidades individuais	Isolar alunos com deficiência, retirá-los do convívio com os demais
Nenhum aluno é excluído com base no tipo ou grau de deficiência, sob nenhuma circunstância	Colocar em risco o desempenho dos alunos em geral por meio de uma instrução mais lenta ou de um currículo menos desafiador
Todos os membros da escola promovem acordos de ensino cooperativo / colaborativo e reconhecem os esforços dos demais	Transferir os professores de educação especial para o papel de assistentes na sala de aula de educação geral
Há planejamento baseado na escola, resolução de problemas e propriedade de todos os alunos e programas, não somente nos conteúdos que devem ser abordados em cada etapa da educação	Exigir que professores de educação geral e especial trabalhem juntos sem um planejamento cuidadoso e responsabilidades bem definidas, apenas para demonstrar que existe educação inclusiva quando, de fato, ela não é real

Fonte: Do autor (2020).

Incluir envolve muito mais do que ter leis ou exigir que as crianças com deficiência estejam na mesma sala de aula que as crianças comuns, para além disso e de forma mais relevante, deve-se entender que a inclusão envolve olhar para as especificidades, para as necessidades especiais desses alunos visando compreender quais são e de que forma é possível contribuir ativamente para que sejam atendidas (SANTANA, 2005).

O planejamento das atividades deve ser pautado em diversos fatores, como as políticas da escola, as especificidades e necessidades dos alunos, os temas a serem abordados, enfim, não basta olhar para o planejamento de uma única forma, é preciso encará-lo como um processo mais amplo que, apesar de complexo, pode representar toda a diferença na vida e no aprendizado desses alunos (BENITEZ; CARUGNO, 2020).

Na Tabela 2, que segue, são elencadas as especificidades do planejamento para uma educação inclusiva de fato.

Tabela 2 - Planejamento para a educação *inclusiva*

PERSPECTIVA	RESULTADOS
Foco na escola	As políticas da escola não podem ser ignoradas, devem estar no planejamento
Foco nas especificidades	Atender as demandas desses alunos deve ser o esforço primário em todos os planejamentos. Um planejamento não pode ser padronizado, deve ocorrer de acordo com cada realidade, dentro de seu contexto
Foco no conteúdo	Esses alunos têm as mesmas capacidades dos demais, ainda que alguns possam ter um tempo de aprendizado diferenciado. É seu direito ter acesso aos mesmos conteúdos
Foco nos materiais	Existem inúmeros materiais para alunos com necessidades especiais
Foco na abordagem	A abordagem que se mostra efetiva para alguns alunos pode não trazer resultados para outros, deve ser revista e readaptada
Foco nos professores	Alguns professores desejam adotar uma educação realmente inclusiva, porém, não foram preparados para isso. Governos e escolas devem fornecer o apoio necessário para que se atualizem
Foco nas experiências	A troca de experiências pode ser uma ferramenta com excelentes resultados, a escola deve incentivar que iniciativas bem sucedidas sejam compartilhadas entre todos os professores
Foco na literatura	Conhecer o que dizem estudos sobre o tema pode ser útil como base de conhecimentos, especialmente quando os professores não vivenciaram essa experiência antes

Fonte: Do autor (2020).

As necessidades especiais podem incluir dificuldades de aprendizagem, deficiência de fala e linguagem, distúrbios do espectro do autismo, deficiências cognitivas, distúrbios emocionais e comportamentais, deficiências físicas como paralisia cerebral, distrofias musculares, deficiências sensoriais como visão ou audição, doenças médicas crônicas e qualquer condição que afete o ideal Educação. As necessidades desses alunos devem ser atendidas no mesmo ambiente em que outros colegas aprendem. Essa nova configuração pode incluir menos alunos na sala de aula, mais professores ou um nível mais alto de suporte. A ênfase deve se concentrar em encontrar o equilíbrio entre atender às necessidades educacionais dos alunos no ambiente menos restritivo, ou seja, evitar que sejam separadas das demais, o que poderia gerar uma sensação de insuficiência e inadequação entre crianças que já vivenciam o desafio de viver com uma deficiência (BENITEZ; CARUGNO, 2020).

Os desafios para alcançar uma educação inclusiva são inúmeros, porém, não podem constituir uma barreira para que essa realidade se concretize. É dever do Estado, através de todos os seus governos, assim como da sociedade, atuar continuamente para que a educação inclusiva seja o cotidiano de todas as escolas no Brasil.

O professor é o profissional que conduz as crianças durante o período educacional, está em contato direto com eles, conhece suas especificidades, dificuldades, aquilo que funciona com alguns grupos mas não com outros. Nesse sentido, quando se fala em educação inclusiva, não se pode deixar de abordar o papel desse profissional.

Briant e Oliver (2012, p. 142) afirmam que:

As estratégias utilizadas pelos professores na escola e na sala de aula possibilitam o desenvolvimento do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência levantando questões relacionadas ao envolvimento do docente com esse trabalho e à necessidade de equiparar oportunidades de acesso e aprendizagem para todos os alunos.

Compreende-se, assim, que o professor pode significar o diferencial entre uma educação inclusiva real, ampla e de sucesso, ou apenas inserir o aluno com necessidades especiais em uma sala de educação comum, porém sem direcionar para ele atividades que, de fato, contribuam para seu desenvolvimento.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma revisão de literatura apoiada em livros e artigos que discutam a deficiência, conceitos, números, inclusão das pessoas com deficiências, políticas públicas e políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência. Trata-se de um estudo descritivo, que visa conhecer e compreender a realidade que se busca analisar e, assim, apresentar características e tendências envolvidas com o tema (ZANELLA, 2013).

A revisão de literatura caracterizada como pesquisa bibliográfica pode ser compreendida como:

Bibliográfica: uso exclusivo de fontes bibliográficas. A principal vantagem é permitir ao pesquisador a cobertura mais ampla do que se fosse pesquisar diretamente; é relevante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos. Exemplo: Estudos históricos. Procura-se cotejar dados e informações para detectar possíveis incoerências ou contradições (ZANELLA, 2013, p. 36).

Foi, também, explicativa, pois após a análise dos dados coletados os resultados foram comparados com outros estudos para, assim, tentar explicar os motivos que levam a esses fatos. Zanella (2013, p. 34) afirma que esse tipo de pesquisa busca “explicar a razão pela qual se dá uma ocorrência social ou natural”. Nessa pesquisa, ainda, procede-se de uma comparação entre os dados obtidos e aqueles que a literatura evidencia sobre o tema.

A bibliografia de maior relevância engloba os autores que de longa data discutem a inclusão escolar e social da criança com deficiência para que sejam adultos com pleno acesso aos direitos, como Sasaki (2006); Santos et al. (2012); Teles, Resege e Puccini (2016), Sant’ana (2005) e Mantoan (2002).

3.2 Universo e Amostra

Aponta-se como população universo da pesquisa as pessoas com deficiência físicas matriculadas na rede pública municipal, no Ensino Fundamental. Delimita-se respostas à pergunta de pesquisa/problematização, é dizer, uma possível relação número de vagas, acessibilidade das escolas, profissionais habilitados a atender as necessidades especiais. Para um estudo mais amplo, comparam-se distintos e variados contextos da educação pública municipal.

Como parâmetro comparativo, é preciso quantificar o número de alunos em cada unidade de ensino, relacionando tais dados com uma possível relação com as vagas especiais e satisfação dos alunos. Para tanto, foi realizado um levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação.

Os alunos matriculados no Ensino Fundamental na rede pública municipal estão assim distribuídos:

Tabela 3 - Alunos matriculados na rede pública municipal no Ensino Fundamental em Florianópolis

E N S I N O	F U N D A M E N T A L	Etapa	Nº Estudantes				Nº Turmas	Unidades
			Matutino	Vespertino	Integral	Total		
Anos Iniciais	1º Ano	826	876	90	1792	76	36	
	2º Ano	938	1028	77	2043	87		
	3º Ano	938	982	78	1998	78		
	4º Ano	961	940	30	1931	72		
	5º Ano	1021	933	58	2012	74		
	Total	4684	4759	333	9776	387		
Anos Finais	6º Ano	948	931	0	1879	61	25	
	7º Ano	1004	855	25	1884	63		
	8º Ano	976	984	0	1960	63		
	9º Ano	1178	632	0	1810	60		
	Total	4106	3402	25	7533	247		
Total Fundamental		8790	8161	358	17309	634		

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2020).

Nesse sentido, verifica-se que o município conta com 17.309 alunos no Ensino Fundamental apenas na rede pública de ensino, sendo que nos anos iniciais há maior número de alunos do que nos anos finais. Os alunos com deficiência matriculados são 1.363 (7,9% quando comparados com alunos sem deficiência) (FLORIANÓPOLIS, 2020).

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Iniciou-se a pesquisa com uma abordagem qualitativa com fins exploratórios em busca das aplicações dos questionários entre as pessoas com deficiência e os respectivos responsáveis. Após esta caracterização, seguiu-se com uma abordagem quantitativa com fins descritivos, visando medir as variáveis em questão e verificar se houve hipóteses da possível correlação necessidades especiais dos deficientes e eficiência no atendimento das mesmas pelas políticas públicas do município de Florianópolis.

Sobre a abordagem qualitativa, Zanella (2013, p. 35) afirma que:

[...] a pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

Foram utilizadas fontes de dados primários através de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, que contemplaram número de alunos no Ensino Fundamental, além de um levantamento a respeito de qual o total desses alunos que apresentam alguma forma de deficiência.

Primeiramente, foi realizada uma análise do conteúdo resultante dos dados coletados, descrevendo o perfil de presença de deficiências no Ensino Fundamental da rede pública Municipal de Florianópolis. “Estudo de campo: são semelhantes aos levantamentos, mas procuram maior profundidade nas variáveis estudadas” (ZANELLA, 2013, p. 38).

Em uma segunda etapa, foi utilizado uma técnica quantitativa, através de gráficos, para ilustrar a eficiência das políticas públicas de Florianópolis com relação a população de pessoas com deficiência.

A pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis. No estudo quantitativo, por sua vez, o pesquisador parte de um plano preestabelecido com hipóteses e variáveis claramente definidas. Procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos (ZANELLA, 2013, p. 35).

Os dados foram associados visando uma compreensão maior e mais clara quanto à realidade avaliada.

Em função da pandemia mundial de COVID-19, não foi possível visitar escolas ou turmas nas quais existam crianças com deficiências, entrevistar esses alunos, professores, gestores escolares ou secretário de educação do município. Em face disso, os dados coletados foram recebidos através de contato por e-mail, o que limitou a pesquisa e impediu que fossem conduzidos registros fotográficos, como havia sido preconizado anteriormente.

Os alunos estão afastados da escola visando sua segurança, as aulas estão sendo oferecidas virtualmente (on-line) e, assim, não se obteve autorização da secretaria de saúde para contato com esses professores, por já estarem vivenciando uma carga de tarefas excessiva e, assim, acreditar-se que não teriam tempo para dedicar à uma entrevista ou conversas com os acadêmicos.

A Secretaria Municipal de Educação disponibilizou dados a respeito da quantidade de alunos com deficiência matriculados no Ensino Fundamental na rede pública municipal. Outras informações como adequação das estruturas ou satisfação dos alunos, absenteísmo ou desistências não foram obtidas. Em uma conversa telefônica não oficial, apenas para contato e esclarecimento, o

secretário municipal de educação ofereceu alguns esclarecimentos que serão apresentados na análise dos resultados.

Porém, ressalta-se que não se tratou de uma entrevista formal, estruturada, pelo fato de que o secretário afirmou que não havia tempo para participar do estudo, apesar de compreender sua relevância, inclusive para a melhoria das condições das políticas de inclusão desses alunos, na escola e na sociedade.

Para suprir essa lacuna, além da apresentação dos números ofertados pelo secretário municipal, foram coletados dados de publicações oficiais sobre o tema, visando demonstrar ações e políticas públicas que estejam em aplicação e, assim, tenham como cerne auxiliar esses alunos do Ensino Fundamental a receberem educação de qualidade e de acordo com suas necessidades.

Os dados são apresentados na sessão que segue, intitulada como “Resultados e Discussão”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta etapa do estudo apresenta os dados coletados a respeito dos números de alunos com deficiência no Ensino Fundamental da rede pública municipal de educação na cidade de Florianópolis. O foco recai sobre crianças com deficiências diversas, mais especificamente as deficiências físicas.

A população da Macrorregião Grande Florianópolis cresceu em 23% no ano de 2010 quando comparada o Censo Demográfico de 2000. No ano de 2010 a população da Macrorregião chegou a 925.576 habitantes (14,81% da população do Estado). A taxa média de crescimento populacional no período de 2000 a 2010 foi de 2,3% ao ano (SEBRAE/SC, 2013). Em 2012, 202.798 estavam educados nas diferentes etapas da educação em Florianópolis, 115.238 deles no Ensino Fundamental, com 15.231 docentes nessa etapa da educação.

Inicia-se apresentando a Tabela 4, com os números de alunos com deficiência de acordo com o tipo e com a etapa da educação em que se encontram.

Tabela 4 - Números das deficiências na rede pública municipal de educação de Florianópolis

Nível de Ensino	Auditiva		Visual		Surdocegueira	Intelectual	Motora - Física		Múltipla	TEA	AH/S	Em avaliação	Em Observação	TOTAL
	PT	PP	Cego	BV			PC	Outros						
Educação Infantil	1	4	2	5	0	44	27	17	21	233	0	85	182	621
Ensino Fundamental	10	11	3	8	0	149	21	24	48	213	42	80	72	681
EJA	2	2	0	0	0	11	0	2	4	1	0	0	16	38
TOTAL	13	17	5	13	0	204	48	43	73	447	42	165	270	1340

PT = Perda Total
 PP = Perda Parcial
 BV = Baixa Visão
 PC = Paralisia Cerebral
 TEA = Transtorno do Espectro Autista
 AH/S = Altas Habilidades/Superdotação

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (2020).

Quanto ao perfil de saúde das crianças com deficiência em Florianópolis e matriculadas no ensino fundamental, o que coloca sua idade entre 6 e 14 anos. Os dados da Tabela 4 demonstram que no Ensino Fundamental, o município em estudos conta com 681 crianças com especificidades diversas que podem alterar o andamento de seu processo de aprendizagem. Dentre elas, 21 possuem deficiência auditiva, 11 possuem deficiência visual, 45 alguma deficiência física ou motora e 48 deficiências múltiplas, totalizando 125 crianças que se enquadram nos critérios do presente estudo,

no qual são consideradas as deficiências de ordem física e motora, deficiências de ordem mental não são consideradas para o levantamento em questão.

Como o Ensino Fundamental pela rede pública municipal no município de Florianópolis conta com 17.309 alunos, verifica-se que 0,72% desse total contam com alguma deficiência física/motora.

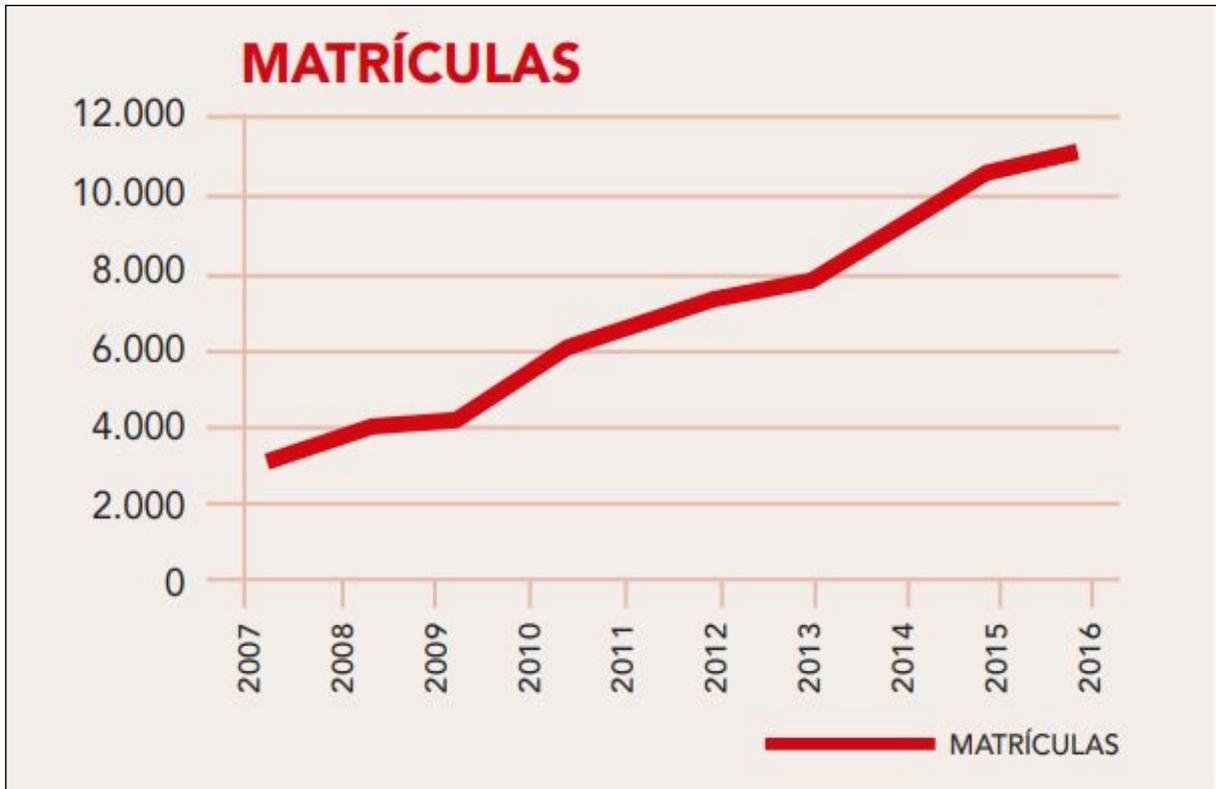
De acordo com o secretário da educação, todas essas crianças encontram vagas nas escolas de sua região, sempre se priorizando as escolas que ficam mais próximas de seu domicílio e, assim, a família não encontre dificuldades em levar os filhos para a instituição de ensino. Porém, as famílias que não têm condições de fazê-lo, podem contar com transporte público escolar que busca as crianças e leva até a escola, com ônibus adaptados para as diferentes deficiências, primando pela segurança desses alunos, além da garantia de acesso à educação.

Dados apontam que, em uma análise global, que apenas 5% de todos os alunos com deficiência concluem o ensino fundamental. Mesmo quando os alunos com deficiência frequentam a escola, um currículo que não foi adaptado às suas necessidades pode significar que eles não têm o mesmo acesso à educação que seus colegas. Além disso, os professores podem não saber como atender às necessidades dos alunos com deficiência, os livros podem não estar disponíveis em braile para alunos cegos e os professores podem não saber a linguagem de sinais para alunos surdos (HAYES; BULAT, 2017).

Em Florianópolis, a taxa de abandono do Ensino Fundamental por crianças com deficiência é zero, o município atua juntamente as essas famílias para evitar a desistência escolar, justamente com o intuito de que possam ter melhores condições de vida no futuro, serem inseridas na sociedade e no mercado de trabalho.

Em Santa Catarina, vem crescendo o número de alunos com deficiência na rede pública de educação, conforme o Gráfico 8, apresentada na sequência.

Gráfico 8: Número de matrículas de estudantes da educação especial na rede estadual de ensino



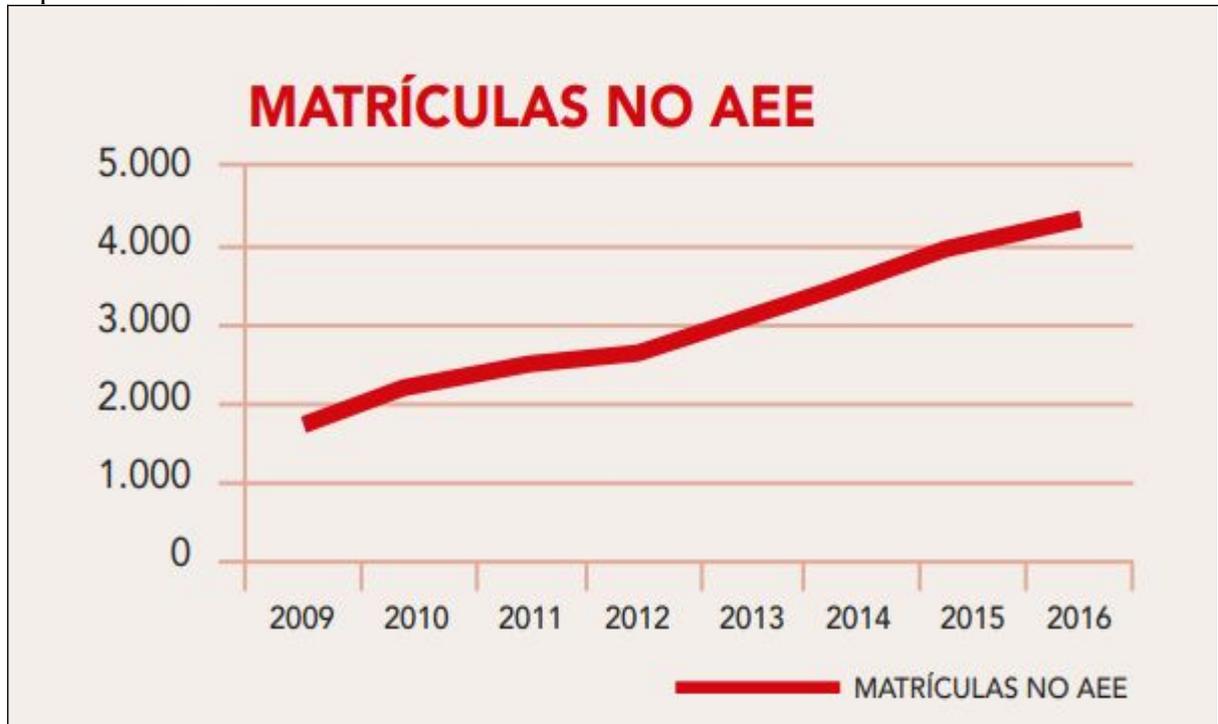
Fonte: Santa Catarina (2018, p. 29).

Verifica-se que esse aumento teve início em 2007, estabilizou-se no período de 2008 a 2009, quando voltou a crescer e manteve a tendência de elevação até o ano de 2016, quando foram divulgados os dados mais recentes.

Esse aumento decorre da existência de políticas educacionais bem definidas, por meio das quais assegura-se a esses alunos não apenas a disponibilidade de vagas, como também transporte, para que não existam limitações no que tange seu deslocamento para as escolas.

No Atendimento Educacional Especializado – AEE, essas matrículas também se elevaram, conforme o Gráfico 9.

Gráfico 9: Número de matrículas de estudantes com deficiência no Atendimento Educacional Especializado – AEE



Fonte: Santa Catarina (2018, p. 30).

A tendência de crescimento se mantém desde 2009. Sobre o AEE, a secretaria Municipal de Educação ressalta:

Constitui-se como a principal ação da Educação Especial;

É respaldado pela Constituição Federal de 1988, que prescreve, em seu art. 208, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo Ministério da Educação em 2008, que define o AEE como um serviço da Educação Especial que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008); Faz uso da Tecnologia Assistiva – TA (FLORIANÓPOLIS, Secretaria Municipal de Educação, 2020).

Compreende-se, assim, que esses serviços buscam identificar quais são as barreiras existentes para, então, encontrar formas de retirar essas barreiras e auxiliar os alunos com deficiência a terem acesso a um processo educacional de excelência para sua formação enquanto cidadãos.

Os alunos atendidos nesses serviços são:

Estudantes com deficiência:

Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ONU, Art. 01, 2006)

Estudantes com transtorno do espectro autista:

Aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

Estudantes com altas habilidades/superdotação:

São aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (MEC, 2008) (FLORIANÓPOLIS, Secretaria Municipal de Educação, 2020).

O gestor municipal não concordou em relatar quantos professores auxiliares ou segundos professores atuam na rede municipal, mas informa que há quantidade suficiente para atender às demandas dos alunos com deficiências.

Kassar (2014) afirma que, nos últimos anos, ocorreram maiores investimentos na formação de professores da educação inclusiva, porém, o número ainda não é suficiente para atender às demandas, especialmente em algumas regiões do país. É direito da criança com deficiência contar com a presença de um segundo professor, para que possa acompanhar a turma sem dificuldades e, assim, desenvolver-se na mesma proporção.

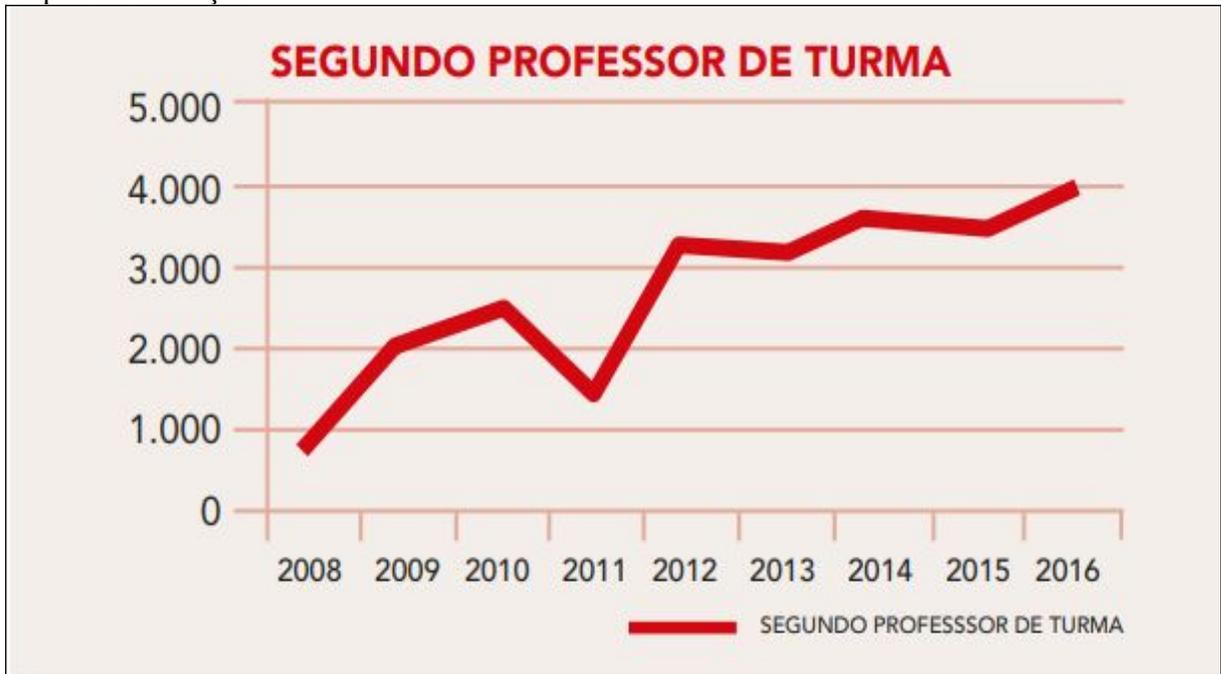
Liz (2017) afirma que a inclusão dos alunos com deficiência depende amplamente da formação dos professores, quanto maior sua preparação para atender integralmente esses alunos e suas necessidades, maiores as chances de que a educação ofertada seja mais do que suficiente, mas efetiva para formar educandos e cidadãos cientes de sua participação na formação social.

A educação inclusiva está subjacente a atitude com que se perspectiva tal como a prática pedagógica dos professores e a organização e gestão da escola e das turmas. No que diz respeito à atitude, o modo como se perspectivam e prospectivam as necessidades especiais é determinante para o percurso dos alunos. Quanto à prática pedagógica dos professores, a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada centrada na cooperação, bem como estratégias como a aprendizagem cooperativa, são medidas que permitem dar resposta a todos os alunos, no contexto do seu grupo-turma (SILVA, 2009, p. 148).

Compreende-se, assim, que o professor que deseja que sua prática possa realmente ser chamada de inclusiva, deve repensar e readequar suas atividades e metodologias para que todas as crianças possam participar de uma mesma atividade, não somente aquelas sem alguma deficiência, enquanto as outras ficam separadas, assistindo ou fazendo atividades mais simples e com menor potencial de construção de habilidades (SILVA, 2009).

Em Santa Catarina, os dados de segundo professor de turma estão destacados no Gráfico 10, na sequência. Os dados demonstram a elevação da disponibilidade de segundo professor de turma, com 4 mil professores em Florianópolis em 2016, o que demonstra um esforço importante da Prefeitura Municipal para assegurar os direitos dessas crianças.

Gráfico 10: Disponibilidade de segundo professor de turma em Santa Catarina – todas as etapas da educação



Fonte: Santa Catarina (2018, p. 31).

Penner (2018) enfatiza que os alunos chegam até as salas de aula com uma variedade de habilidades e experiências de vida que têm um impacto significativo em seu sucesso. É preciso reconhecer e valorizar essas habilidades e experiências, pois além de formarem a pessoa que cada aluno é, se forem bem aproveitadas, podem auxiliar na formação e desenvolvimento dos demais alunos do grupo. Desenvolver uma educação inclusiva depende da capacidade do professor de compreender essa realidade e usar as diferenças em seu favor e em favor dos alunos que guia no processo de aprendizagem.

As barreiras são muitas, algumas são simples de serem eliminadas, outras demandam de esforços elevados e, assim, é preciso que os poderes públicos, as escolas, os professores e a própria comunidade se unam em um esforço que não envolve apenas a pessoa com deficiência, deve ser do interesse de todos chegar a uma formação social na qual o respeito às diferenças impera em todos os espaços, inclusive no espaço escolar.

Este estudo deixou evidente que a educação inclusiva ainda é um desafio a ser vencido, existem barreiras diversas que precisam não apenas ser conhecidas, como também eliminadas, para que se configure uma garantia de direitos real, significativa e constante, não apenas em alguns setores sociais, mas na vida da coletividade.

Após o diálogo com o gestor municipal de educação, buscou-se realizar um levantamento de possíveis políticas públicas diferenciadas no município com foco na

educação inclusiva e geração de resultados, porém, o site da prefeitura e da secretaria de educação não trazem informações específicas sobre o tema.

Em Florianópolis, existem políticas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, seguindo as leis de Santa Catarina e do Brasil, porém, não foram ressaltadas medidas diferenciais, que se baseiem nas especificidades da cidade, das deficiências encontradas, dos professores e, especialmente, nas necessidades dos alunos. Isso indica que muito ainda há para ser feito como forma de assegurar uma educação inclusiva real no local de estudos.

5. CONCLUSÃO

As deficiências existem em todos os países, ainda que os números possam ser diferentes entre eles. Podem ser totais ou parciais, congênitas ou adquiridas, mas são permanentes e, assim, afetam a vida das pessoas por toda sua existência. No passado as deficiências eram vistas como uma humilhação para as famílias e essas pessoas eram totalmente escondidas do convívio social. No presente, porém, crescem os esforços para que sejam devidamente incluídas na sociedade e tenham as mesmas oportunidades que as pessoas comuns, sem deficiência.

Um esforço que vem crescendo em todo o mundo refere-se à inclusão escolar, em face da compreensão de que crianças incluídas na educação desde cedo conseguem desenvolver-se mais e, assim, as chances de que tenham melhores resultados em sua vida adulta tornam-se maiores.

O objetivo da educação inclusiva é proporcionar uma atenção educacional que favoreça o máximo desenvolvimento possível de todos os alunos e a integração de todos os membros da comunidade. Por este motivo, a maioria dos países do mundo tem proposto garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos até 2030, reduzindo o impacto negativo no bem-estar emocional dos alunos e melhorando a convivência nas salas de aula.

No entanto, existe uma grande variabilidade na implementação da educação inclusiva, que se reflete nas diferenças regionais e específicas da escola. Cada país desenvolve suas leis e, com base nelas, visa incentivar todo o contexto social a aceitar as diferenças, respeitá-las e compreender que elas têm valor e devem ser respeitadas.

Apesar dos avanços em termos de acesso às escolas regulares para alunos no passado excluídos, a concretização da educação inclusiva legítima ainda está em andamento. O verdadeiro significado da educação inclusiva ainda está em processo de construção e integração na prática. Assim, é necessária uma mudança de visão que implique uma mudança de perspectiva para entender que todo aluno deve ser aceito e valorizado como ser humano em todos os direitos e na sua diversidade. A inclusão trata-se de uma resposta adequada à diversidade, caracterizando-se como objetivos que os profissionais da educação devem perseguir continuamente, com atenção especial às crianças mais vulneráveis e em risco de exclusão.

A inclusão é atualmente um tema muito presente na área da educação. Como tal, responder à diversidade dos alunos trouxe novos desafios para os professores. Concebida em termos gerais, a educação inclusiva representa uma mudança de uma abordagem de ensino

que funciona para a maioria dos alunos para uma que envolve a criação de oportunidades de aprendizagem para todos os alunos. Para enfrentar os desafios da diversidade em sala de aula, é fundamental que os professores adaptem suas práticas de ensino.

Um importante requisito para o ensino inclusivo é a experiência de diagnóstico dos professores, que é considerada um elemento central de sua atividade. Dentro de um contexto inclusivo, os professores não são apenas solicitados a melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos, mas também a apoiar seu desenvolvimento socioemocional. Portanto, uma agenda educacional mais ampla em favor de resultados sociais e emocionais positivos é frequentemente defendida.

A prefeitura de Florianópolis segue a legislação nacional em questão de priorização do atendimento e oferta de educação, acessibilidade, oportunidades, etc. Essas medidas são semelhantes às encontradas em outros estados e não foi identificada alguma iniciativa diferenciada, com potencial de elevar as condições dessas crianças. Somente a oferta de

segundo professor foi vista como positiva e crescente, mas o número desses profissionais ainda não é totalmente compatível com as demandas, o que indica que ainda existem lacunas a serem preenchidas.

Os serviços de saúde, empregos e outras áreas, da mesma forma, têm como foco o atendimento das leis no que tange a pessoa com deficiência. Os transportes públicos são adaptados para pessoas com mobilidade reduzida ou totalmente comprometida. Há uma fiscalização considerável quanto à acessibilidade nos prédios públicos, bem como muitas empresas estão se readequando para melhor receber deficientes de diferentes condições (visuais, mentais, etc.).

No ensino fundamental há um acompanhamento dos alunos com deficiência diagnosticados, bem como aqueles suspeitos de deficiências mentais, visando assegurar as melhores condições de atendimento de suas necessidades especiais. Segundo dado voltado para deficiências físicas, todas as escolas são adequadamente preparadas para receber esses alunos sem qualquer dificuldade de acesso, além de haver reorganização de turmas para que esses alunos não estejam distantes da entrada/saída da escola.

Os dados coletados apontam que existem em Florianópolis relevantes políticas públicas de atendimento às crianças com deficiência física (e outras formas) que estão no ensino fundamental, porém, não são políticas de destaque que se diferenciem daquela adotadas em outros locais como forma de respeitar a legislação nacional e estadual vigentes sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Angela Novak et al. Social Inclusion and Community Participation of Individuals with Intellectual/Developmental Disabilities. **Intellectual and Developmental Disabilities**. 2013; vol. 51, n. 5, p. 360–375.
- AMRALIAN, Maria L. T. et al. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**. Vol. 34, n. 1, p. 97-103, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2000.v34n1/97-103/pt>> Acesso em: 16 maio 2020.
- BARROS, Alessandra Belfort; SILVA, Silvana Maria Moura da; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 145-163, jan. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2020.
- BENITEZ, anthonela; CARGUNO, Paola. Special Education. In: **StatPearls**. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2020 Jan. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK499857/>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- BERNARDES, Liliana Cristina Gonçalves. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.
- BORGES, Jorge Amaro de; PEREIRA, Andreia Colares Cabral. O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. **Rev. Serv. Público**. Brasília, vol. 67, n. 4, p. 555-574 out/dez 2016.
- BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluisio Almeida. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Soc. estado**. Brasília, v. 28, n. 2, p. 375-392, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 1 nov. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 914 de 06 de setembro de 1993**. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm. Acesso em: 30 out. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 1 nov. 2020.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010**. Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/documentos/cinthia-ministerio-da-saude>> Acesso em: 17 maio 2020.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 18, n. 1, p. 141-154, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2020.

CROCHIK, José Leon et al. Atitudes de professores em relação à educação inclusiva. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-59, mar. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. **Saúde em Debate**. 2015, vol. 39, n. spe, p. 283-297. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005316>>. Acesso em: 14 maio 2020.

EBUENYI, Ikenna D. et al. Challenges of inclusion: a qualitative study exploring barriers and pathways to inclusion of persons with mental disabilities in technical and vocational education and training programmes in East Africa. **Disability and Rehabilitation**. 2018; 1–9.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Org. Gabriela Lotta. Brasília: Enap, 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, vol. 50, n. 6, p. 959-979, nov./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>> Acesso em: 12 maio 2020.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Educação especial na educação inclusiva**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?>

cms=educacao+especial+na+educacao+inclusiva&menu=14. Acesso em: 15 nov. 2020.

FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira; SOUSA, Antônia Félix de. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Revista Eletrônica De Enfermagem**. 2017; vol. 11, n. 2.

GANNON, Brenda; NOLAN, Brian. The impact of disability transitions on social inclusion. **Social Science & Medicine**. 2007; vol. 64, n. 7, p. 1425–1437.

HALL, Teresa et al. Social inclusion and exclusion of people with mental illness in Timor-Leste: a qualitative investigation with multiple stakeholders. **BMC public health**. 2019; vol. 19, n. 1, 702. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6554932/>> Acesso em: 21 maio 2020.

HARTLEY, Kris; WOO, Jun Jie. Practicing public policy in an age of disruption. **Policy Design and Practice**. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333612861_Practicing_public_policy_in_an_age_of_disruption/link/5cf7d026299bf1fb185a8c46/download> Acesso em: 13 maio 2020.

HAYES, Anne M.; BULAT, Jennae. Disabilities Inclusive Education Systems and Policies Guide for Low- and Middle-Income Countries. **Research Triangle Park (NC): RTI Press**; jul. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK554622/>. Acesso em: 30 out. 2020.

HERINGER, Flávio Roberto de Almeida. **Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555174/ILB2018_HERINGER.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 maio 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23612>. Acesso em: 12 maio 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 30 out. 2020.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos da escolarização de alunos com deficiências. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622014000200207&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LIZ, Karla Costa de. **Funcionalidade de estudantes com deficiência física: a percepção docente e os processos inclusivos**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2017. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação Física. Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_07_2018_17.16.26.2e1538f5fd4a6672495b38d5fe768ca4.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

MACIVER, Donald et al. Participation of children with disabilities in school: A realist systematic review of psychosocial and environmental factors. **PloS one**, v. 14, n. 1, p. e0210511, jan. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6350972/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência e Saúde Coletiva**. 2016, vol. 21, n. 10, p. 3253-3264. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3253.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. Ensinando à turma toda as diferenças na escola. **Pátio** – revista pedagógica. Ano 5, n. 20, fev./abr. 2002, p. 18-23. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.7.htm>> Acesso em: 2 nov. 2020.

MARIANO, Thiago Batista et al. Políticas públicas de inclusão e acessibilidade. Maio/2017. **Revista JusBrasil**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58014/politicas-publicas-de-inclusao-e-acessibilidade>. Acesso em: 2 maio 2020.

MCCONNELL, Allan; HART, Paul 't. Inaction and public policy: understanding why policymakers 'do nothing'. **Policy Sciences**. 2019, vol. 52, p. 645–661. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11077-019-09362-2.pdf>> Acesso em: 11 maio 2020.

MOREIRA, Hέλvio Feliciano; MICHELS, Luciano Rhinow; COLOSSI, Nelson. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. *Escritos educ.*, Ibirité, v. 5, n. 1, p. 19-25, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432006000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre a deficiência**. 2011. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70670/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf?sequence=9> Acesso em: 15 maio 2020.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLI, Pedro F. Políticas sociais de inclusão para pessoas com deficiência. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, vol. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a25.pdf>> Acesso em: 13 maio 2020.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

PENNER, Marsha R. Building an Inclusive Classroom. **Journal of undergraduate neuroscience education**: JUNE : a publication of FUN, Faculty for Undergraduate Neuroscience vol. 16,3 A268-A272. 15 Sep. 2018. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6153021/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PEREIRA, Aline; SANTANA, Crysleine Lima; SANTANA, Cristiano Lima. A educação especial no Brasil: acontecimentos históricos. **3º Simpósio de Educação e Comunicação**. Set. 2012. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

RADAELLI, Claudio M. Regulatory indicators in the European Union and the Organization for Economic Cooperation and Development: Performance assessment, organizational processes, and learning. **Public Policy and Administration**. 2018; 095207671875836.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação especial / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. 64 p.: il. color. 21 cm.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, ago. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 nov. 2020.

SANTOS, Talianne Rodrigues et al. Políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. **Revista Ágora**, Vitória, n. 15, 2012, p. 210-219.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 3, p. 501-519, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/physis/2008.v18n3/501-519/pt>> Acesso em: 14 maio 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números: Macrorregião Grande Florianópolis / Sebrae/SC**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 137p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Macrorregiao%20-%20Grande%20Florianopolis.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 135-153, 2009. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

SIMPLICAN, Stacy Clifford et al. Defining social inclusion of people with intellectual and developmental disabilities: An ecological model of social networks and community participation. **Research in Developmental Disabilities**. 2015; vol. 38, p. 18–29.

TELES, Fernanda Moreira; RESEGE, Rosa; PUCCINI, Rosana. Necessidades de assistência à criança com deficiência: Uso do Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, n. 4, p. 447-453, dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rpp/v34n4/pt_0103-0582-rpp-34-04-0447.pdf. Acesso em: 1 nov. 2020.

TUNES, Elizabeth. PIANTINO, Lurdes Danezy. **Cadê a Síndrome de Down que estava aqui?** O gato comeu...: o programa da Lurdinha. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância.** São Paulo: Ática, 2003.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.